



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - CAEN
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA - MPE**

PATRÍCIA DE BRITO RAMOS

**REFORMA AGRÁRIA: CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO ASSENTAMENTO
POÇO DOS NEGROS NO MUNICÍPIO DE ALTOS – PIAUÍ**

**FORTALEZA
2008**

PATRÍCIA DE BRITO RAMOS

**REFORMA AGRÁRIA: CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO ASSENTAMENTO
POÇO DOS NEGROS NO MUNICÍPIO DE ALTOS – PIAUÍ**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia – Mestrado Profissional – da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre Profissional em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Jair do Amaral Filho

**FORTALEZA
2008**

PATRÍCIA DE BRITO RAMOS

**REFORMA AGRÁRIA: CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO ASSENTAMENTO
POÇO DOS NEGROS NO MUNICÍPIO DE ALTOS – PIAUÍ**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia – Mestrado Profissional – da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre Profissional em Economia.

Data de Aprovação: 25/03/2008

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jair do Amaral Filho
Orientador

Prof. Dr. Almir Bittencourt da Silva
Membro

Profa. Dra. Sandra Maria dos Santos
Membro

Dedico este trabalho a Deus, que é fonte de tudo, o onipotente. Sem Ele nada teria sido possível; aos meus pais e familiares pelo incentivo, em todos os momentos da minha vida, a todas as pessoas que direta ou indiretamente se solidarizaram comigo, de forma especial aos trabalhadores rurais do Assentamento Poço dos Negros.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, e a todos que contribuíram de alguma forma com este trabalho, de maneira especial aos meus pais, familiares e amigos, pela amizade, ajuda, confiança e solidariedade em todos os momentos da minha vida.

Ao Professor Dr. Jair do Amaral Filho, meu orientador, pelos ensinamentos e compromisso com a construção deste trabalho.

“A gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro.”

(João Guimarães Rosa)

RESUMO

A presente dissertação objetiva compreender e analisar as condições socioeconômicas do Assentamento Poço dos Negros, localizado no Município de Altos, no Estado do Piauí, a 37 km de sua capital Teresina. O assentamento possui 35 famílias e uma população de 160 pessoas, cadastradas e assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA numa área total de 1.044,7164 ha (hum mil quarenta e quatro hectares, setenta e um ares e sessenta e quatro centiares) cuja posse se deu em 8/2/2006. Esta comunidade foi escolhida como objeto de nosso estudo, motivados pela proximidade com nossa Capital, Teresina, por integrar o programa de reforma agrária do Piauí e pelo particular interesse em obter subsídios consistentes sobre a realidade dos assentados e de suas famílias, objetivando contribuir de forma mais efetiva com um trabalho de responsabilidade social desenvolvido, desde 2005, pelo Núcleo de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da Faculdade São Gabriel, na qual trabalhamos. Este estudo procura abordar a Reforma Agrária, seus antecedentes históricos e modalidades de assentamento no Brasil, enfatizando as condições socioeconômicas e ambientais do assentamento em estudo. Os métodos utilizados na pesquisa de campo foram o explorativo-qualitativo e o dedutivo-quantitativo, realizados através de pesquisa bibliográfica, entrevistas, consultas a técnicos, associações, visitas in loco, dentre outras. O estudo revela melhorias, embora tímidas, nas condições sociais e econômicas das famílias assentadas, que têm na agricultura sua maior fonte de produção e renda. A infra-estrutura básica de saúde, habitação e educação existe, entretanto precisa ser melhorada e outros serviços essenciais implementados, como: energia, estradas, comunicação, transportes, dentre outros. Os assentados sujeitos deste estudo demonstram ser conscientes de que muitas ações no setor agrário já foram realizadas mas, também, são conscientes de que outras ainda são necessárias e que como sujeitos integrantes do processo de implantação do Assentamento Poço dos Negros compartilham coletivamente com o poder público do sucesso ou fragilidades das ações neste implementadas.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Assentamentos rurais. Condições sociais e econômicas.

ABSTRACT

This thesis aims to understand and analyze the socioeconomic conditions of the Settlement Well of Black, located in the municipality of Altos, in the state of Piauí, at 37 km from its capital Teresina. The settlement has 35 families and a population of 160 people, registered and settled by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform - INCRA a total area of 1.044,7164 ha (one thousand forty-four hectares, seventy one ares and sixty four centiares), which took possession on 08/02/2006. This community has been chosen as the object of our study, motivated by the proximity to our capital, Teresina, by integrating the programme of land reform of Piauí and the particular interest in obtaining grants consistent on the reality of the settlers and their families, aiming to make an with a more effective job of social responsibility developed since 2005 by the Center for Research, Extension and Post-Graduate School of San Gabriel, in which we work. This study seeks to address the Agrarian Reform, its historical background and methods of settlement in Brazil, highlighting the socio-economic conditions and environmental settlement in the study. The methods used in the research of the field were explorativo-qualitative and quantitative-deductive, achieved through literature, interviews, consultations with technical, associations, visits spot, among others. The study shows improvement, though modest, in the social and economic conditions of families settled, they have on agriculture their main source of production and income. The basic infrastructure of health, housing and education there is, however needs to be improved and implemented other essential services such as: energy, roads, communication, transportation among others. The settlers subject of this study demonstrate be aware that many shares in the agricultural sector have been made, but also are aware that others are needed as subjects and that incorporating the process of deployment of the Black Assentamento Well collectively share with the public power the success or weaknesses of the shares in this implemented.

Keywords: Agrarian Reform. Rural settlements. Social and economic conditions.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Culturas/Produção Agrícola por família.....	54
Tabela 2 -	Culturas e Produção.....	54
Tabela 3 -	Cultura / Produção agrícola em regime de Consórcio.....	55
Tabela 4 -	Número de alunos matriculados por nível de ensino.....	61
Tabela 5 -	Docentes, matrícula inicial.....	62
Tabela 6 -	Agricultura (desempenho das culturas).....	65
Tabela 7 -	Quantidade de Produção Vegetal-Extrativismo.....	66
Tabela 8 -	Efetivo dos Rebanhos em Cabeças.....	66
Tabela 9 -	Produção de Origem Animal.....	66

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa do Piauí.....	47
Figura 2 -	Reservatório de água.....	50
Figura 3 -	Área de vegetação.....	53
Figura 4 -	Roça de Milho.....	55
Figura 5 -	Sala de aula.....	63
Figura 6 -	Beneficiamento de palha de carnaúba.....	69
Figura 7 -	Casa de palha.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Culturas, produção para consumo e venda.....	54
Gráfico 2 -	Safra em regime de consórcio.....	55
Gráfico 3 -	Renda.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativo das modalidades e principais eventos.....	27
Quadro 2 - Distribuição das terras do assentamento em hectares.....	53

LISTA DE SIGLAS

AGESPISA	Águas e Esgotos do Estado do Piauí
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CEPISA	Centrais Elétricas do Estado do Piauí
CEPRO	Centro de Estudos e Pesquisas do Piauí
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CHESF	Centrais Elétricas do São Francisco
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ET	Estatuto da Terra
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
GEBAM	Grupos Executivos de Terras do Baixo Amazonas
GETAL	Grupo Executivo de Terras do Araguaia e do Tocantins
MDA	Ministério da Reforma Agrária
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Sem-Terra
NUPEP	Núcleo de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação
PA	Projeto de Assentamento
PACS	Programa Agentes Comunitários de Saúde
PI	PIAU
PDS	Plano de Desenvolvimento Sustentável
PEA	Projeto de Exploração Anual
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa de Crédito Especial
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PSF	Programa Saúde da Família
SSR	Serviço Social Rural

STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
PIN	Programa de Integração Nacional
PROEJAP	Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos dos Assentamentos da Reforma Agrária
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte-Nordeste
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INTER	Instituto Jurídico de Terra
INTERPI	Instituto de Terras do Piauí
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
UDR	União Democrática Ruralista
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. REFORMA AGRÁRIA.....	20
2.1 Conceito e Objetivos.....	20
2.2 Características.....	21
2.3 Pontos de vista sobre a Reforma Agrária no Brasil.....	21
2.4 Assentamentos Rurais e Reforma Agrária.....	21
2.4.1 Modalidades de Assentamentos.....	25
2.4.2 Estado e Assentamentos.....	25
2.4.3 Assentamentos Rurais: Desenvolvimento Sustentável.....	31
2.5 Antecedentes Históricos da Reforma Agrária.....	35
2.5.1 A Fase do Escambo.....	35
2.5.2 Regime de Sesmarias.....	36
2.5.3 Capitâneas Hereditárias.....	37
2.5.4 Regime de Posses.....	38
2.6 Legislação Agrária Brasileira.....	38
2.6.1 A Lei da Terra nº 601 de 1850.....	38
2.6.2 O Estatuto da Terra, Lei nº 4504, de 30 de 11 de 1964.....	40
2.6.3 A Constituição Federal de 1988 e a Lei 8.629/93.....	41
2.7 Fases da Reforma Agrária.....	41
2.8 Políticas Públicas.....	44
3. ASSENTAMENTO POÇO DOS NEGROS.....	47
3.1. Leitura da realidade.....	47
3.2. Caracterização do Assentamento.....	49
3.2.1 Dimensão Ambiental.....	49
3.2.2 Dimensão Econômica.....	53
3.2.3 Dimensão Social.....	56
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	57
4.1. Aspectos Metodológicos.....	57
4.2. Dimensões.....	58
4.2.1 Social.....	58
4.2.1.1 Procedências e Organização Social.....	59
4.2.1.2 Saúde.....	60
4.2.1.3 Educação e Trabalho Coletivo.....	61
4.2.1.4 Cultura, Lazer e Turismo.....	64

4.2.2 Econômica.....	65
4.2.2.1 Cooperativa Agroindustrial dos Pequenos Produtores de Altos.....	67
4.2.2.2 Produtos Gerados.....	67
4.2.2.3 Origem de matéria-prima.....	67
4.2.2.4 Produção Agrícola no Assentamento.....	67
4.2.2.5 Renda Familiar.....	68
4.2.3 Ambiental e de Infra-estrutura.....	70
4.2.3.1 Água.....	70
4.2.3.2 Habitação e Iluminação Pública.....	71
4.2.3.3 Saneamento e Lixo.....	72
4.2.3.4 Comunicação e Transporte.....	73
5. CONCLUSÃO.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74
APÊNDICES.....	81
ANEXOS.....	86

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo procura analisar o Assentamento Poço dos Negros, no município de Altos – Piauí, buscando compreender as condições sociais e econômicas dos assentados, suas técnicas de produção, viabilidade de sua comercialização e distribuição da renda.

Já remonta aos tempos da colonização brasileira a questão da propriedade da terra e sua utilização, destacando-se as capitânicas hereditárias como primeiros latifúndios do Brasil. A necessidade de uma justa repartição de terras levou à implantação da reforma agrária, tendo esta como finalidades precípua a distribuição da propriedade da terra, como medida de justiça social e exigência para o desenvolvimento; o combate à pobreza; a melhoria da qualidade de vida da população rural e urbana, proporcionando uma eqüitativa distribuição de renda, devendo ser executado como um meio suficiente e sustentável no aspecto social e econômico.

A literatura especializada, entretanto, aponta com pessimismo, que, na atualidade, os índices gerais de concentração não vêm sofrendo alterações significativas, indicadoras de que o acesso à terra por parte dos trabalhadores rurais não tem sofrido avanços, constatando-se, ainda, que a relação entre a população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do país consiste em uma acentuada concentração da propriedade fundiária.

A denominação “assentamento”, ato ou processo de fixar-se, estabelecer residência em determinado local, surgiu no vocabulário jurídico em 1960, tendo sido estendido a vários países, entre eles o Brasil.

Para a implantação de assentamentos no Brasil faz-se necessária a inserção destes no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) cujos projetos devem ser submetidos à legislação agrária e ambiental. O licenciamento ambiental é concedido pelo órgão encarregado de zelar pelo meio ambiente em cada Estado no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA).

Cada assentamento deve construir o seu Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS), documento que orienta os rumos e as ações para o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade de um assentamento é assegurada por meio do uso certo e equilibrado dos recursos naturais. Na elaboração do Plano de Implantação (PA) do Assentamento Poço dos Negros a metodologia utilizada se caracterizou por viabilizar a participação das pessoas envolvidas interessadas em discutir e analisar a sua realidade, assumindo um posicionamento como sujeito da ação e teve como objetivo geral o engajamento dos assentados para uma execução plena do Plano. Esta estratégia foi relevante para que houvesse envolvimento coletivo dos assentados em torno dos problemas locais, e assim pudessem intervir num processo político de decisão.

Em todas as experiências de assentamento no Brasil, o Governo Federal foi e continua sendo o maior gestor. Através do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), órgão responsável, como instituição federal, pela implantação e execução das políticas agrárias. A Reforma Agrária, em forma de assentamento rural, vem se consolidando e cumprindo a sua função social, conforme preceitua a Constituição do Brasil. Neste pressuposto, os projetos de assentamentos rurais são planejados e executados de forma coletiva, contando com a participação e a responsabilidade dos sujeitos envolvidos, tanto em nível dos poderes públicos: federais, estaduais e municipais quanto dos assentados e associações comunitárias.

As políticas públicas estabelecidas pelo governo Federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no PNRA têm sido gerenciadas de forma democrática, transparente nos assentamentos rurais, contribuindo assim para a melhoria qualitativa das condições socioeconômicas dos trabalhadores rurais e de suas famílias. Nesta perspectiva, a questão norteadora que balizou este estudo foi a seguinte:

A reforma agrária implantada em forma de assentamento “Poço dos Negros” no município de Altos – Piauí gera condições sociais e econômicas eficazes contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos assentados?

São objetivos deste estudo:

a) Geral: analisar a implementação do Projeto do Assentamento Poço dos Negros no município de Altos – Piauí.

b) Específicos:

- Descrever o assentamento apontando suas características.
- Analisar as dimensões socioeconômicas e ambientais do assentamento.
- Identificar as potencialidades e fragilidades.

Os principais recursos metodológicos adotados neste estudo são os métodos explorativo-qualitativo e descritivo-qualitativo. Os estudos exploratórios consistem numa pesquisa bibliográfica, que segundo MARCON e LAKATOS (2002), é um levantamento sobre os autores mais importantes que tratam da temática com dados atualizados e relevantes e onde livros, artigos, periódicos, dissertação e teses e internet servirão de fonte de pesquisa.

Os estudos descritivos consistem na coleta de dados junto aos assentados, representantes de associações, sindicatos, órgãos públicos através de visitas, entrevistas, conversas. A pesquisa descritiva procura descrever as características da população. Neste estudo buscou-se identificar as principais características do assentamento; descrever aspectos das dimensões: ambientais, sociais, econômicos e de infra-estrutura e identificar as potencialidades e fragilidades. Foram aplicados 16 roteiros numa amostra de 50% das famílias assentadas. Assim, foram identificados aspectos relevantes relacionados às condições socioeconômicas dos assentados.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas através de instrumentais elaborados para esta finalidade e procedida a análise dos dados coletados.

O trabalho está estruturado da maneira que segue: 1 - justificativa, apresentação do problema da pesquisa, objetivos e metodologia utilizada; 2 - procura-se abordar a Reforma Agrária, as modalidades de assentamentos e os antecedentes da Reforma Agrária no Brasil; 3 procura-se caracterizar o Assentamento Poço dos Negros descrevendo as dimensões sociais, econômicas,

ambientais e de infra-estrutura, e suas potencialidades e fragilidades; 4 - apresentam-se aspectos metodológicos e análise dos resultados da pesquisa de campo realizada junto às famílias assentadas, aos órgãos e representantes de associações e sindicatos rurais; 5 - são feitas as considerações finais como conclusão do trabalho levando-se em conta os objetivos propostos, neste estudo de caso.

2. REFORMA AGRÁRIA

2.1 Conceito e Objetivos

Etimologicamente, reformar significa reformular, mudar; vem da palavra *re* e *formare*; trazendo tal conceituação para o presente estudo, o vocábulo reforma representaria uma mudança da situação agrária. Segundo Duarte (1953), a reforma agrária seria o reexame, por diversos meios de execução, dos aspectos jurídicos e econômicos dos que possuem e trabalham a propriedade rural, objetivando alterar diversas situações do domínio e posse da terra e a distribuição da renda agrícola.

No artigo 1º, §1º do Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30.11.64), reforma agrária é “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade”. Assim, o objetivo claro da lei é que a reforma agrária seria um instrumento a serviço da melhoria da qualidade de vida dos que trabalham na terra, de uma maior distribuição de renda e aumento de sua produtividade.

O artigo 16 do Estatuto da Terra assim se expressa: A reforma agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural, o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país. Com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio. A Reforma Agrária é considerada também:

a revisão e o reajustamento das normas jurídico-sociais e econômico-financeiras que regem a estrutura agrária do país, visando à valorização do trabalhador do campo e ao incremento da produção, mediante a distribuição, utilização, exploração social e racional da propriedade agrícola e ao melhoramento das condições de vida da população rural. (PINTO, 2002, p. 151).

2.2 Características

Reforma agrária seria uma repartição de terras, proporcionando seu acesso aos que não as possuem, dando origem, assim, a inúmeras propriedades rurais privadas. Porém, não é o bastante a repartição de terras, mas a correção das distorções ocorridas desde a época colonial. A reforma agrária deve contribuir para a máxima utilização da terra, do capital e da mão-de-obra rural.

A reforma agrária não consiste apenas em promover distribuição de terras. Nem é mais satisfatória a simples emancipação do agricultor das repartições do feudalismo, nem tão pouco a promoção de produtores sem terras em proprietários autônomos. A reforma agrária visa, acima de tudo, a uma melhor distribuição de terra, de modo que esta divisão venha acompanhada de política agrária eficiente para suprir as necessidades da população, promovendo o desenvolvimento, aumentando a produtividade segundo os princípios de justiça social; eliminando a pobreza; assegurando o abastecimento das cidades e até mesmo produzindo um excedente para a exportação.

2.3 Pontos de Vista sobre a Reforma Agrária no Brasil

A questão agrária sempre permeou a história brasileira, mas nos últimos anos tem sido debatida com mais intensidade. No regime militar, esteve abafada retornando ao foco das atenções, com a abertura política do Brasil em 1978 surgindo, então, a polarização de opiniões pró e contra a reforma agrária.

Segundo Nogueira, 2005 os que são favoráveis à Reforma Agrária: trabalhadores rurais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras (MST), igreja, e outros se baseiam em dois aspectos: sociais e econômicos. Os primeiros indicam-na como um meio apto a proporcionar uma melhoria na qualidade de vida e redução da imigração rural-urbana, diminuindo, assim, os problemas decorrentes do exagerado crescimento das cidades. Os últimos apontam-na como geradora de uma maior atividade econômica e um maior retorno de benefícios para as populações rurais, criando empregos de baixo custo, aumentando oferta de alimentos e matérias-primas para o mercado interno e o aumento da arrecadação tributária.

Em 1984/85 surgiu o MST nos moldes atuais, pois este foi construído ao longo do tempo, tanto que:

O MST se insere num contexto histórico como novos movimentos sociais, que se antepõe aos tradicionais movimentos sociais clássicos. Os movimentos sociais clássicos desenvolveram-se de idéias marxistas socialistas e mesmo anarco-socialista, principalmente pela classe operária. Privilegiam objetivos de valor material e econômico, com objetivos imediatos, conquistados pelas formas tradicionais de atuação (clientelísticas, assistenciais, autoritários), sob a ótica de subordinação a órgãos institucionalizados como Estado, partidos políticos, sindicatos. (MOLINA, 2002, p. 160).

O MST consagrou-se por envolver uma coletividade motivada a discutir a reforma agrária em âmbito nacional. Esse movimento tem como objetivo não somente promover a distribuição de terras. Em linhas gerais visa também: construir uma sociedade sem exploradores, onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital; garantir trabalho a todos com justa distribuição de terra, de renda e das riquezas; buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direito econômico, políticos, sociais e culturais; combater toda forma de discriminação social e buscar participação igualitária da mulher.

O MST é constituído de diversas unidades estaduais liberadas por intelectuais em nível nacional. Possui uma grande estrutura educacional localizada em grande parte dos assentamentos. Nas unidades educacionais do MST são formados os futuros líderes do movimento. De acordo com Nogueira (2005) o dinheiro que financia o MST vem de entidades internacionais, dos assentados e de doações civis. A igreja católica ainda destina uma parte de seus recursos financeiros à Comissão Pastoral da Terra (CPT), que é um movimento que luta juntamente com o MST pela justa distribuição de terra.

O MST também se propõe a ajudar as famílias do campo a adquirirem um pedaço de terra acompanhada de uma política de fomentação que proporcione uma vida com mais dignidade e, com o mínimo de condições e princípios básicos da cidadania: acesso à saúde, à educação e a créditos. É perceptível, no Estado do Piauí as pressões que o MST tem exercido sobre os setores públicos objetivando conquistar uma vida cidadã ao homem do campo.

Sua forma de atuação consiste em ocupar fazendas que não cumpram sua função social, chamando a atenção da sociedade para a pobreza, a miséria em destaque, para a desigualdade social brasileira. Procura mostrar o número de pessoas que deseja trabalhar e ter uma pequena quantidade de terra para produzir e sobreviver, em contraste com imensas fazendas, muitas das quais sem aproveitamento algum.

De modo que, a melhor forma de atuação encontrada é justamente ocupar estas terras, porque chama a atenção da mídia, mobiliza o judiciário, atrai político e por fim revela a situação de pessoas até então desconsideradas, ou melhor, excluídas da sociedade. Passam a ser sujeitos de transformações sociais, e a sociedade começa a questionar os valores vigentes durante quase 500 anos de colonização, a figura de valor positivo do latifundiário, da concentração de renda, etc. (MOLINA, 2002, p. 61).

O MST tem conseguido efetivar pressões sociais sobre os setores que exercem domínio político há décadas no Brasil. O executivo se vê pressionado a proceder a reforma agrária para atender à demanda social; o legislativo elabora leis, socialmente mais avançadas e o judiciário passa a entender o ordenamento jurídico positivo em favor de todo corpo social.

Os que são contra a Reforma Agrária pautam-se não em ideologias, mas na propriedade. São, geralmente, grupo de proprietários de terra, latifundiários, em defesa de seus interesses, são conservadores e se sentem ameaçados pelas desapropriações de terras.

A Constituição Brasileira de 1988 declara que toda a propriedade possui uma função social conforme seu artigo 5º, inciso XXIII. A Carta Magna dispõe, ainda, sobre a política agrícola e fundiária e da reforma agrária no capítulo III título VII, contendo oito artigos (184 a 191) referindo-se à propriedade, à desapropriação, às áreas factíveis de serem desapropriadas, à tipologia da indenização decorrente, asseverando que a política agrícola deva ser compatibilizada com a reforma agrária.

A política fundiária no Brasil é marcada pela intensa exploração capitalista da terra e do trabalhador rural, isto é, a terra não é adquirida com fins produtivos, mas na maioria das vezes, com o objetivo de formar grandes patrimônios imobiliários, às vezes inoperantes, em poder dos latifundiários aguardando uma

oportunidade de venda fácil, por alto preço ou gordas indenizações pelo Poder Público. Pinto (2002, p. 166) assim se expressa:

Da maneira como estão, as massas campesinas não podem contribuir como um valor decisivo para o desenvolvimento econômico do País. Sua renda per capita é irrisória, o analfabetismo prospera nas zonas pobres das massas rurais, o seu poder aquisitivo é insignificante, sem margem para fortalecer a indústria nacional. Suas aspirações coincidem com os interesses da nação, de sorte que o sociólogo e o estadista necessitam equacionar e resolver humanamente os seus dramas.

Como Instituição que se contrapõe ao MST, destaca-se a União Democrática Ruralista (UDR), oficializada em 1986 que, de início parecia um agrupamento de proprietários de terra que defendiam os interesses de latifundiários. Esta entidade congrega ruralistas, grandes latifundiários e declara como sendo a sua principal bandeira “a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do país”. (CASTRO, 2005, p. 16). A UDR é uma entidade que se contrapõe publicamente aos movimentos sociais que lutam em favor do trabalhador rural. Conta com representação no Congresso Nacional, elegendo em todos os pleitos eleitorais parlamentares comprometidos em defender os interesses dos latifundiários.

2.4 Assentamentos Rurais e Reforma Agrária

Etimologicamente, assentar-se significa fixar-se em algum lugar com intuito de permanência. No Brasil, o que se vê mais freqüentemente, na imprensa escrita e falada, são termos como “assentamentos, assentados, luta por terra, ocupação de terras”. Enfim, nos nossos dias, a necessidade da concretização dos fins da reforma agrária está mais visível e ávida por medidas efetivas de repartição fundiária, visando à solução de tantos conflitos originados pela disputa das terras. Os assentamentos resultam da ação do Governo Federal.

Asseveram Bergamasco e Norder (2001, p. 59) que:

Os assentamentos remetem ao processo de fixação dos trabalhadores rurais à terra, com disponibilidade de condições adequadas para o uso do solo e o incentivo à organização comunitária. Esta estrutura que resulta da intervenção do governo federal, pode ser definida como uma nova unidade de produção agrícola, em que os conteúdos produtivos e organizacionais são, em última instância, próprios das instituições onde foi formulada. As ações desencadeadas são definidas previamente e os critérios estabelecidos

seguidos por ordem técnica objetivando a alocação de trabalhadores como forma de resolver problemas sócio-econômicos.

No XXIX Congresso de Ciências da Comunicação promovido pela Universidade de Brasília (UNB, Reydan, Escobar e Berto (2006) abordando sobre o impacto dos assentamentos rurais, asseveram:

Atualmente, os assentamentos de reforma agrária ocupam um espaço crescente no debate social brasileiro devido ao potencial e à contribuição que estes agentes econômicos podem dar para criação de emprego e diminuição do êxodo rural, o aumento da oferta de alimentos, incrementos na produção agrícola e para a elevação do nível de renda e a conseqüente melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais brasileiros.

Analisando-se também o impacto dos assentamentos em várias regiões brasileiras com realidades distintas apontam Leite, Herédia e Medeiros (2004, p. 28):

Pode-se falar dos assentamentos como ponto de chegada, ou seja, como uma, entre outras possibilidades de mobilidade e integração social, na qual se empenham os diversos movimentos sociais rurais, no processo de luta pela posse da terra. O impacto proporcionado nos parece importante pela possibilidade de transformação de um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos, novos atores em cena.

2.4.1 Modalidades de Assentamentos

Segundo Bergamasco e Norder (2001, p. 8), desde sua implantação no Brasil em 1970, as experiências de assentamentos resultaram em cinco tipos diversos: Projetos de colonização ou colonização dirigida; Reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas, construção de açudes, entre outros; Planos Estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; Programa de reforma agrária via desapropriação por interesse social e o Processo de ocupação das reservas extrativistas para seringueiros da região amazônica, conforme quadro a seguir:

MODALIDADE E DESCRIÇÃO	EVENTOS
✓ Projetos de colonização ou colonização dirigida: Realizados durante o regime militar e se constituíram na transferência forçada de trabalhadores, feita pelo Governo, das suas regiões de origem para outras regiões visando promover a integração econômica das	Sancionado o Estatuto da Terra Lei Nº 4504 de 30.11.1964 que fixou as diretrizes para implementação de projetos de colonização em áreas de fronteira agrícola e aplicação da reforma agrária. <ul style="list-style-type: none"> • Foram assentados neste modelo 86.500 trabalhadores entre 1970 a 1984. • Nos 20 anos seguintes foram assentadas 160.000

MODALIDADE E DESCRIÇÃO	EVENTOS
<p>áreas consideradas mais atrasadas do país.</p>	<p>famílias em 260 projetos localizados principalmente nas regiões: Amazônica e de fronteira agrícola.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nos projetos de colonização promovidos pelo setor privado 27.500 famílias foram assentadas. • Construção dos eixos viários: Transamazônica e Cuiabá x Santarém. • Em 1970, com a junção dos Institutos de Desenvolvimento Agrário (INDA) e Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) foi criado o INCRA. (BERGAMASCO, 2001, p. 18-20).
<p>✓ Reassentamentos de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas, construção de açudes: Realizados durante o regime militar, motivados pelo desenvolvimento do setor elétrico e pela construção de grandes usinas hidrelétricas visando à implantação de uma infra-estrutura capaz de atender às necessidades do rápido crescimento urbano-industrial e agropecuário do país.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Neste modelo não houve um estudo prévio sobre o impacto desta experiência, no meio ambiente e nem tão pouco sobre a vida dos habitantes das regiões das barragens. • Muitos conflitos. • Principais barragens construídas: Sobradinho, Itaparica, Tucuruí, Itá e Itaipu. • A Companhia Energética do Vale São Francisco (CHESF) elabora plano de reassentamento para atender 4000 famílias atingidas pelas barragens das usinas hidroelétricas. • Grande mobilização política da população atingida pelas barragens: pescadores, trabalhadores rurais, posseiros, comerciantes. • Construção das grandes barragens: <ul style="list-style-type: none"> - NORDESTE, na bacia hidrográfica do rio São Francisco; - SUDESTE, nas bacias dos rios Uruguai e Paraná e na região NORTE, na bacia do rio Tucuruí. <p>(BERGAMASCO, 2001, p. 22 a 25).</p>
<p>✓ Planos Estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória: ocorreram em 1982 com a eleição dos governadores. O Estado passou a requisitar judicialmente as áreas ocupadas irregularmente pelo latifúndio e deu início o combate à grilagem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os projetos de assentamento em Portal do Paranapanema e Promissão em São Paulo foram os mais importantes com 630 famílias assentadas. Estas experiências foram consideradas principais pólos de arrecadação tributária e de desenvolvimento regional de São Paulo. (SPAROVEK, 2003). • Foram assentados entre 1982 e 1986 pelos planos estaduais 120.000 famílias em 634 núcleos num total de 4,7 milhões de hectares. (BERGAMASCO, 2001, p. 30)
<p>✓ Programa de reforma agrária via desapropriação por interesse social: implementado no governo Sarney seguindo as diretrizes do I Plano Nacional de Reforma Agrária, no final do regime militar e na transição para o regime democrático – parlamentar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário – MIRAD ao qual o INCRA ficou subordinado. • 1985 - Elaboração e implementação do I Plano Nacional de Reforma Agrária– I PNRA. • Meta de assentamento no PNRA no período de 1985 a 1989 de 1,4 milhões de famílias seriam assentadas em uma área de 15 milhões de hectares. • A meta não foi cumprida, tendo sido atendidas apenas, 82 mil famílias, ou seja, 5,85% da meta prevista do PNRA. • A meta de ocupação de terra de 15 milhões de hectares, no mesmo período, foi atingida modestamente apenas 2% das quais 45% na região Norte do país. • No período Collor foram assentadas 9.381 famílias, 50% destas na região Norte.

MODALIDADE E DESCRIÇÃO	EVENTOS
<p>✓ Processo de ocupação das reservas extrativistas por seringueiros da região amazônica. A reserva extrativista é uma alternativa real para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região amazônica e de outras regiões extrativistas do país.</p>	<p style="text-align: right;">(Bergamasco 2001, p. 33)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ocupação das áreas de reserva sem regularização fundiária e sem titulação de terras. • Processo caracterizado por conflitos entre indígenas, grileiros, posseiros, seringalistas, madeireiros, mineradores, trabalhadores rurais. Eldorado dos Carajás pode ser citado como uma das maiores áreas conflitantes da região amazônica. • Criação da “Aliança dos Povos da Floresta” visando à conservação e manutenção de reservas para o desenvolvimento da região amazônica. Como representante dos movimentos ecológicos da Amazônia destaca-se Chico Mendes. • Em 1989, o Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA passa a legislar com rigor nas reservas extrativistas.
<p>✓ Processo de ocupação das reservas extrativistas por seringueiros da região amazônica. A reserva extrativista é uma alternativa real para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região amazônica e de outras regiões extrativistas do país.</p>	<p>1990: destinação dos usufrutos das reservas extrativistas às populações da floresta. No ano de 1982 já existiam no Brasil oficialmente nove reservas extrativistas com 2,3 milhões de hectares destinados a uma população de 28.800 pessoas. (BERGAMASCO, 2001, p. 40).</p>

Quadro 1 – Demonstrativo das Modalidades e Principais Eventos

2.4.2 Estado e Assentamento

Ao oficializar a implantação de um assentamento, o poder público seja: Federal, Estadual ou Municipal assume o compromisso político perante à sociedade de torná-lo viável do ponto de vista social, econômico, ambiental e de infra-estrutura básica, capazes de promover o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida dos assentados e dos seus familiares.

A reforma agrária foi apresentada pelo governo como ponto de honra para o avanço da cidadania. A meta de assentar demonstra a viabilidade da utilização e conservação de uma estrutura social mais coerente com os princípios constitucionais de democracia, sendo alternativa real para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das várias regiões do País.

De acordo com Fernandes (2000) a luta pela terra no Brasil é conhecida através das diversas manifestações dos sem-terra, que vai desde o trabalho de base, às ocupações de terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de

prédios públicos, às intermináveis negociações com o governo; à demanda por política pública voltada para a agricultura e para os direitos básicos, como: educação, saúde e moradia.

As ações a serem implementadas num assentamento rural devem ser planejadas coletivamente com a participação de todos desde o diagnóstico da realidade. A metodologia de planejamento mais adequada para uma intervenção participativa é, primeiramente, compreender a realidade contextual, oportunizando a participação das pessoas envolvidas e interessadas em refletir e analisar o contexto e assumir um posicionamento como sujeitos da ação, interagindo na construção do saber e também no processo político de decisão. A criação coletiva de um projeto de implantação de assentamento – PA, proporcionará maiores responsabilidades entre todos os sujeitos envolvidos, o que contribuirá para favorecer o desenvolvimento socioeconômico do mesmo.

O INCRA é o órgão responsável, como instituição pública federal, pela implantação dos PA's considerando todas as etapas de planejamento, execução e avaliação necessárias à sustentabilidade do Assentamento. O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) é que norteia todas as ações da Política de Reforma Agrária no País impondo a obrigatoriedade de estudos de viabilidade econômica e dos recursos naturais do local, de modo a garantir que as famílias sejam assentadas em áreas que tenham condições de produzir e gerar renda a partir de seu trabalho (BOLETIM DO DESER, 1998).

A Política de Assentamento estabelecida no PNRA incentiva atividades como agricultura, pecuária, artesanato, turismo rural, beneficiamento de produtos e agroindústria de forma sustentável, preservando os recursos naturais e o meio ambiente. Partindo-se do pressuposto de que o novo território é lugar de moradia e de trabalho, onde a comunidade constituída enfrenta os desafios de organizar-se, construir formas de cooperação, definir regras de convivência e sobretudo, assegurar as condições para uma vida digna. (MDA/INCRA, 2001).

Após a desapropriação da terra, o INCRA elabora um cadastro das famílias, seleciona os beneficiários e assume responsabilidades com o financiamento da

implantação, repassando recursos para alimentação e fomento do PA, e potencializa, através de instituições federais de financiamento, a concessão de créditos para investimentos, além de elaborar um plano de capacitação, com base em um percentual do crédito de investimento, para que os assentados assumam seus lotes, seguindo as orientações do PNRA, visando à emancipação dos assentamentos. (MDA/INCRA, 2001).

A ação do INCRA na prática limita-se às áreas de propriedade da União, uma vez que encontra uma ação paralela desempenhada nos estados por Institutos de Terras, que foram criados em 1982 para desenvolvimento dos planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória. Em 1986, com o I PNRA, estas ações passaram novamente à responsabilidade da esfera nacional. Neste período, a atuação dos Institutos de Terras resultou a implantação de PA's conformando, após 1986, dois tipos de responsabilidades atreladas ao trabalho das instituições responsáveis pela origem do assentamento, havendo, portanto, PA's de responsabilidade do INCRA e PA's de Institutos, em que estes somente regularizam terras públicas pertencentes ao Estado. Os municípios, por sua vez, não se responsabilizam pelos assentamentos porque estes ou pertencem ao INCRA ou aos Institutos Estaduais. (PNUD/INCRA, 1998).

Quando o PA é considerado emancipado, a gestão torna-se mais complexa. Para os assentados a posse da terra representa uma vitória da sobrevivência social, e para tal fim, precisam de orientações, através da capacitação contratada pelo INCRA, que propõe em sua metodologia elementos de caráter empresarial e competitivo. Os assentados, entretanto, possuem uma tradição cultural e são acostumados a executar ordens e tarefas, assim, na hora de administrar o lote como uma empresa, ocorre uma inversão de papéis, pois passam de empregados a dono, e terão que planejar, executar e controlar seus negócios (PNUD/INCRA, 1998).

Outra dificuldade está associada à gestão financeira. Os beneficiários ao chegarem aos assentamentos, ou mesmo aqueles que ali já se encontravam não têm recursos financeiros e nem bens rentáveis para converter em recursos de investimento, pois suas atividades anteriores não eram suficientes para acumular capital. Poucos possuem uma experiência de relação de troca com os mercados locais e regionais.

Portanto, não há condição para um trabalho que leve em conta a quantidade e a qualidade dos produtos, passando estes a servirem apenas para sobrevivência familiar (FAO/INCRA, 2004).

Os assentados, no geral, não possuem conhecimentos técnico-científicos que os capacite para gerenciar recursos financeiros para investimento na agricultura, não entendem de planejamento e nunca assumiram compromissos contratuais com agências financeiras, pois muitos são analfabetos. Nesta concepção, todos os aspectos precisam ser considerados na análise da viabilidade dos PA's, conforme o modelo de assentamento estruturado pelo INCRA. (CASTRO, 2005).

2.4.3 Assentamentos Rurais: Desenvolvimento Sustentável

O Desenvolvimento Sustentável foi incluído na Agenda Mundial na segunda metade do século XX, fazendo surgir, entre 1960-70, uma nova consciência ambiental e movimentos em vários níveis que discutia a importância do cuidado com os recursos naturais. Decerto, a preocupação com o meio ambiente não faz parte somente da história recente da humanidade. (CASTRO, 2005).

Ainda no século XVII podia-se encontrar, na Europa, no bojo do processo de modernização, questionamentos sobre a natureza e o futuro da vida na terra. (GIANSANTE, 1999). Contudo, os avanços no campo das idéias fizeram consolidar importantes referências internacionais de organizações e práticas de respeito ao meio ambiente, como, por exemplo, o Clube de Roma. Trata-se de uma organização cuja missão é agir como catalisador de modelos globais e livres de interesses políticos, econômicos ou ideológicos, que publicou, em 1972, um relatório em que aponta os limites impostos quanto ao crescimento, dilapidação e esgotamento dos recursos da terra, fazendo nascer um discurso com significativo impacto no cenário internacional.

Em 1983, a Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas elaborou, segundo Castro 2005, uma referência intitulada “Nosso Futuro Comum”, possibilitando a reflexão sobre o crescimento econômico sustentável. Com

base neste documento foi publicado, em 1987, o “Relatório Brundtland”, que oferece subsídios inovadores sobre o desenvolvimento sustentável.

Como Desenvolvimento Sustentável o Relatório considera aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de gerações futuras e expressa mais que um conceito, expõe um desejo de mudança de paradigma, uma busca de um estilo de desenvolvimento que não fosse socialmente injusto e danoso ao meio ambiente. O conceito de desenvolvimento sustentável segundo Castro (2005, p. 29) “fez escola e ainda hoje é amplamente adotado servindo, inclusive, como base para a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, realizada em 1992, no Rio de Janeiro”.

Neste evento foram elaborados e aprovados cinco documentos básicos: a Declaração do Rio, com 27 princípios sobre obrigações ambientais e questões de desenvolvimento; a Agenda 21, um cronograma de ação sobre temas específicos como erosão, desertificação, mudanças climáticas, resíduos tóxicos e outros; a Convenção sobre Alterações Climáticas; a Convenção sobre Biodiversidade, e a Declaração sobre as Florestas. (GIANSANTI, 1999).

No Brasil as discussões sobre a temática oriunda da Rio-92 são coordenadas pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável – CPDS e da Agenda 21 Nacional, criada por Decreto Presidencial em 26 de fevereiro de 1997. A CPDS defende que o Desenvolvimento Sustentável deva significar desenvolvimentos sociais e econômicos estáveis, equilibrados, com mecanismos de distribuição justa das riquezas geradas, bem como ser capaz de levar em consideração a fragilidade da natureza. Entende, ainda, por Desenvolvimento Sustentável aquele que concilia métodos de proteção ambiental, equidade social e eficiência econômica, promovendo a inclusão econômica e social, através de políticas de emprego e renda. Segundo a Comissão, este estilo de desenvolvimento deve oferecer um amplo conjunto de políticas públicas capaz de universalizar o acesso da população aos serviços de infraestrutura econômica e social. (CPDS, 2002).

Sachs, economista e sociólogo, em entrevista produzida pela TV Cultura de São Paulo em 3/12/2006 conceituou Desenvolvimento Sustentável como “a

universalização efetiva do conjunto dos direitos humanos, por direitos humanos eu entendo não só os direitos cívicos, mas eu entendo direitos econômicos, culturais, sociais e todo conjunto de direitos coletivos”, o que vem ratificar os princípios constitucionais de todo cidadão e confirmar não haver sustentabilidade socioeconômica sem que os direitos universais do homem sejam respeitados.

No conceito de Desenvolvimento Sustentável foram incorporadas várias dimensões, tais como Sustentabilidade Ecológica, Ambiental, Social, Política, Econômica, Demográfica, Cultural, Institucional e Espacial. Castro (2005) afirma não existir um consenso sobre a conceituação entre os diversos atores sociais que participam do processo de desenvolvimento, como governos nacionais, organizações internacionais, organizações não-governamentais, empresários, cientistas e ambientalistas.

Destacam-se no conceito de Desenvolvimento Sustentável a dimensão Econômica e a Ambiental. Segundo Leff (2001), um assentamento rural para tornar-se sustentável do ponto de vista econômico e ambiental necessita que os seus assentados tenham consciência socioeconômica-ecológica, e que haja no seu PA o envolvimento, não apenas do poder público mas, sobretudo, da Associação dos Assentados, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e de outras instituições que tratem direta ou indiretamente com o meio ambiente, numa gestão compartilhada.

As posições de Leff (2001) encontram-se na Agenda 21 Brasileira, que focaliza também e de forma enfática como condição necessária à sustentabilidade econômica dos assentamentos rurais uma gestão eficiente dos recursos destinados aos agricultores com financiamentos específicos. Aborda que os investimentos públicos precisam ter regularidade no fluxo destes recursos por parte dos órgãos oficiais e que estes sejam voltados para a produção agrícola e para o aumento da produtividade.

Os fatores que promovem mudanças e asseguram a sustentabilidade socioeconômica do assentamento estão relacionados principalmente à agricultura e à pecuária, neste pressuposto, o assentamento precisa de condições adequadas e oportunidades que propiciem a obtenção de maior rentabilidade e competitividade

oportunizados pela melhoria dos produtos destinados ao mercado local e regional. Faz-se necessário, portanto, a substituição da agricultura de subsistência por uma agricultura comercial, organizada, de tal forma que permita a obtenção de serviços em maior escala e a baixo custo, o que proporcionará maior lucro e renda para os assentados. Segundo Sparovek (2003, p. 22):

o aumento da renda dos trabalhadores e das famílias beneficiadas pela reforma agrária pode também proporcionar a oportunidade de ampliação da aquisição de bens de consumo duráveis como: geladeira, fogão, mesa, rádio, televisão, roupa e sapato. O que significa geração de emprego nas indústrias produtoras desses bens [...] deve-se considerar, também, o efeito multiplicador de cada um desses empregos e de novos empregos.

A sustentabilidade de um assentamento rural, do ponto de vista ambiental, pressupõe consciência ecológica dos sujeitos assentados sobre a importância e a necessidade de preservação do meio ambiente, para a vida de todo homem na face da terra. Para que este pressuposto se concretize é imprescindível uma transformação no modo de capacitação dos assentados, com vistas à utilização adequada dos recursos naturais disponíveis no assentamento.

Para Leff (2001), a capacitação não pode ser reduzida apenas a ações de conscientização do cidadão e a inserção de componentes de “capacitação” dentro dos projetos de gestão ambiental orientados por critérios de rentabilidade econômica. Para o autor, é necessário ir além, formar uma consciência ecológica para transformar o conhecimento, incorporando o saber ambiental no sistema educacional e qualificar a mão-de-obra com utilização de tecnologias inovadoras e recursos humanos capazes de orientar e executar eficientemente as políticas públicas.

O conceito de Sustentabilidade Ambiental aponta para a necessidade dos beneficiários incorporarem a noção de que os recursos naturais só estarão disponíveis para a atual e as futuras gerações se utilizados de modo racional, compatíveis com a preservação e os tempos de regeneração e recuperação dos que forem utilizados (CAVALCANTE, 1997). As transformações dos sistemas socioeconômico-ambientais estão vinculados à adequada utilização dos recursos financeiros oriundos dos governos: federal, estadual e municipal.

Nas propriedades rurais deverão existir faixas de terras destinadas à Reserva Permanente ou Reserva Ecológica (Lei Federal nº 4771) e Reserva Legal. A conservação de reservas é prevista na Lei 771/65 art. 16 que estabelece:

A Reserva Legal é entendida como a área de no mínimo 20% (vinte por cento) de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso, deverá ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão a qualquer título, ou de desmembramento, tanto para a conservação dos solos quanto ao uso de agrotóxicos. (CASTRO, 2005, p. 31).

2.5 Antecedentes Históricos da Reforma Agrária no Brasil

Os modos de ocupação e exploração das terras brasileiras, desde o descobrimento, têm sofrido várias modificações quanto ao seu modo de ocupação e exploração. A primeira fase, conforme consta nos livros de História do Brasil, é conhecida como fase do Escambo que vai do ano de 1500 a 1530, adotando a partir daí um novo modo de produção denominado de Regime de Sesmarias, seguida do Regime de Capitânicas Hereditárias e Regime de Posses.

2.5.1 A Fase do Escambo

No início da colonização portuguesa, o Brasil era habitado por indígenas uma coletividade nativa em estado de selvageria, com uma organização social rudimentar em que o solo era explorado em comum e seus frutos partilhados por todos. Essa sociedade primitiva desconhecia a divisão de bens, guiando-se por normas comunitárias, desde o trabalho até o consumo de alimentos. (NOGUEIRA, 2005).

Esta fase se caracterizou pelo extrativismo. Nela, o pau-brasil era o principal objetivo, sua exploração era entregue a particulares em arrendamento com a reserva do monopólio real. O instrumento adotado era a feitoria, que era composto por organizações mercantil e militar, instalados no litoral, onde era estocada a madeira e, posteriormente, recolhida por navios portugueses. Os índios recebiam como pagamento alguns instrumentos de lavoura como: enxada, machado e outros produtos desconhecidos pelos mesmos.

Num trabalho do INCRA (1987, p. 13), que trata da evolução da estrutura agrária no Brasil, o Instituto faz a seguinte referência:

As tribos indígenas não haviam transposto ainda a idade da pedra e nenhuma necessidade sentiam de demarcar os territórios que ocupavam. Viviam de caça e pesca, da coleta de frutos e de uma agricultura precária, baseada na reprodução de plantas por estaca, a mandioca em particular. Eram impelidos a migrações contínuas, em busca de alimentos, forçados por uma agricultura em que o fogo era o melhor auxiliar.

Com a queda da comercialização do pau-brasil, Portugal decidiu ocupar, povoar e explorar mais racionalmente as terras do Brasil. Adotou um sistema já experimentado na Ilha da Madeira desde o início do século XV, o sistema de Capitânicas Hereditárias no qual somente o donatário tinha direito de explorar e instalar moendas e outros engenhos.

2.5.2 Regime de Sesmarias

Instalado no Brasil em 1530 a Coroa Portuguesa obrigava aos proprietários que repassassem a ela a sexta parte dos produtos colhidos na propriedade. As primeiras concessões ocorreram na época de Martim Afonso de Sousa, que recebia ordens do Rei para que fizesse a doação de terra aos que desejassem povoá-la (NOGUEIRA, 2005).

2.5.3 Capitânicas Hereditárias

Em 1534, o Sistema de Capitânicas Hereditárias foi instalado e entregue a donatários designados pelo rei de Portugal. Daí, então, o Brasil foi dividido em doze Capitânicas Hereditárias, medindo cada uma, teoricamente, cinqüenta léguas da costa. Nesta concessão o donatário tinha poderes para fazer o que quisesse sem previsão nem foro cabendo-lhe o dever de contribuir com o dízimo, ou seja, dez por cento do faturamento seria destinado à Igreja.

Na época colonial a instituição do regime de sesmarias e a maneira tumultuária pela qual ele se foi transformando refletiu o antagonismo entre a decadente classe feudal portuguesa, apoiada pela Igreja, e a burguesia nascente. Esta se interessava, mas que tudo, pelos produtos que a colônia poderia levar aos mercados europeus; aquela, pela posse, pura e simples,

de novos e colossais feudos com que ampliar e consolidar seu prestígio e suas posições. (INCRA, 1987. p. 16).

Durante todo o período colonial foi promulgada uma variada e conflitante legislação subsidiária sobre a concessão de terras: cartas régias, alvarás, avisos, disposições, ordens, provisões, para sanar erros e corrigir situações criadas pelo descumprimento de atos anteriores. A legislação fixava o máximo de três a quatro léguas nas doações, o que nem sempre se observou.

As ordenações e forais excluíaam as minas das doações, determinando o pagamento do quinto do rei, se exploradas por concessionárias. Antes da descoberta do ouro em Minas Gerais, se fizeram concessões de 2 e mais léguas quadradas; porém, mais tarde, em pleno ciclo do ouro, uma resolução baixava a meia légua quadrada a área das sesmarias para os moradores do centro da capitania onde houvesse minas, e uma légua de testada por três de fundo, para os habitantes do sertão [...] (INCRA 1987. p. 16).

2.5.4 Regime de Posses

Após a abolição das Sesmarias em 1822, foi instalado no Brasil o regime de posses destinado de início a pequena exploração agrícola, operada por colonos pobres chegando a abranger fazendas inteiras. A demarcação de terras a serem doadas geraram problemas sociais que se arrastaram por séculos. As Sesmarias foram doadas com base em informações por vezes imprecisas e falsas. Os livros de História do Brasil registram que ocorreram vários casos de concessões em que uma única propriedade era doada a duas ou mais pessoas. Essa situação suscitou em todas as épocas “conflitos sem conta e deu origem à próspera indústria da grilagem, impondo-se ao Estatuto da Terra, à Constituição Federal e às leis específicas”. (NOGUEIRA, 2005, p. 16).

2.6 Legislação Agrária Brasileira

Vários dispositivos legais dispõem e regulam as questões da terra e da propriedade no Brasil, destacando-se os dispositivos contidos na Lei da Terra, Estatuto da Terra, Constituição Federal e Lei 8.629/93.

2.6.1 A Lei da Terra, nº 601, de 1850

Num ambiente escravocrata e de latifundiários foi decretada a Lei da Terra de nº 601, de 1850 que, em seu bojo principal, determinava que o único meio de acesso à terra era através da compra, beneficiando, assim, diretamente à aristocracia rural, detentora de capital e renda. A Lei da Terra se constitui, nas relações agrárias como o primeiro instrumento legal que o governo dispôs para oferecer legitimidade à propriedade privada. Entretanto, não foi aceita e até considerada por muitos como sendo um golpe. José Bonifácio “O Patriarca da Independência”, foi exilado, por sete anos, por ter apresentado o seguinte projeto de mudança agrária:

Todos os possuidores de terra, que não têm título legal, perderão as terras, exceto um pedaço de seiscentos e cinqüenta jeira que se lhe deixará, caso tenha feito algum estabelecimento no sítio; todos os sesmeiros (possuidores de grande extensão de terra) que não tiverem começado ou feito estabelecimentos nas suas sesmarias serão obrigados a ceder à coroa as terras, reservando mil e duzentas jeiras para si, com a obrigação de formar roças e sítios dentro de seis anos. (TERCEIRO NETO, 1985. p. 132)

O projeto de José Bonifácio de Andrada e Silva, proposto em 1821, visava proporcionar adequado aproveitamento da terra com vistas ao saneamento das distorções causadas no processo de doações adotado no regime das sesmarias, considerado inadequado para um país de dimensão continental, como é o nosso. A Constituição de 1891 transferiu para os Estados as terras de domínios da União, reservando-se para estes as terras de uso público: os terrenos da marinha, áreas destinadas às construções de ferrovias e às faixas de fronteiras. Cada Estado passou a adotar uma política fundiária própria. (NOGUEIRA, 2005).

Em 1930, o governo de Getúlio Vargas, apoiado pela Aliança Liberal, e tendo sido derrotado nas eleições resolveu chegar ao poder pela via militar, período relatado na História do Brasil como a Revolução de 30. O governo golpista enfrenta o movimento constitucionalista de São Paulo em 1932, e provoca a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte, apresentando a nova Constituição Brasileira em 16 de julho de 1934 que, em seu artigo 17, trouxe a seguinte redação: “É garantido o direito à propriedade que não pode ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma da lei”.

A Constituição de 1946 dispunha no seu artigo 147 “A Lei poderá promover a justa distribuição de terra com igual oportunidade para todos”, apontando caminhos para a implementação de uma reforma agrária no Brasil. De 1950 ao início dos anos 60, os debates sobre as questões agrárias ampliaram-se e tiveram maior participação popular. As reformas de base (agrária, urbana, bancária e universitária) eram consideradas essenciais pelo governo e pela sociedade em geral, para o desenvolvimento econômico e social do país. (NOGUEIRA 2005.)

2.6.2 O Estatuto da Terra, Lei nº 4504, de 30 de 11 de 1964

O Estatuto da Terra foi aprovado no dia trinta de novembro de 1964, pelo presidente general Humberto de Alencar Castelo Branco, do recém implantado regime militar que depôs o presidente João Goulart, através do golpe militar de 31 de março de 1964. “Jango”, como era mais conhecido pelas camadas populares, pretendia implantar no país vários planos de reforma de base, dentre estes, o projeto de reforma agrária cuja bandeira seria a desapropriação por interesse social e a indenização dos bens desapropriados feita, com qualquer título da União, nunca em dinheiro.

Na mensagem 33 do general Humberto de Alencar Castelo Branco que, encaminhou a lei 4.504/64 ao Congresso Nacional está expresso: “Não se contenta o projeto em ser uma Lei de Reforma Agrária, visa também à modernização da política agrícola do país, tendo, por isso mesmo, objetivo mais amplo e ambicioso: é uma lei de desenvolvimento rural”.

Percebe-se, na reflexão a seguir, que os objetivos propostos na Lei não foram atingidos satisfatoriamente.

O estatuto da terra apresenta aspectos positivos, relevante, em capítulos como os das políticas agrícolas e de crédito rural sem minimizarmos fato nem fazermos proselitismo em sua oposição. Mas na regularização fundiária, dos processos discriminatórios e de arrecadação, alienação e titulação de terras públicas, os resultados foram desastrosos, em grandes medidas ilegais e absolutamente contraditórias com os objetivos proclamados na mensagem 33 (que o encaminhou), com os preceitos constitucionais e com a legislação em vigor. São atos que necessitam ser revistos e recolocados na senda da legalidade e do Estado de Direito. (MOLINA, 2002. p. 131)

O decreto nº 91.766 de 10 de outubro de 1985 aprova o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, (BORGES, 2002. p. 181), que trata da necessidade e oportunidade de reforma agrária, seus princípios básicos, objetivos, áreas prioritárias de reforma agrária, estratégia de área, recursos e fontes de financiamento.

Após o regime militar (1964 a 1985), lenta e gradativamente a ordem democrática foi reestabelecida surgindo a necessidade de uma nova Constituição que consolidasse um regime democrático e garantisse os direitos e liberdades fundamentais do cidadão, como forma de reação aos desrespeitos e às revogações dos direitos constitucionais civis e políticos sofridos pelos brasileiros durante o regime militar.

2.6.3 A Constituição Federal de 1988 e Lei 8.629/93

Os institutos básicos de direito agrário (o direito de propriedade e a posse da terra rural) têm garantias constitucionais como direitos fundamentais, previstos no Título II “DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS” art. 5º, XXII, da Constituição Federal.

No Título VII “DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA”, capítulo III “Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária”, está especificada a função social de propriedade cujos requisitos exigidos são: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

A Constituição Federal permite ao poder público desapropriar por interesse social o imóvel rural que não esteja cumprindo a função social, prevista no art. 9º da Lei nº 8.629/93, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, “sendo as benfeitorias úteis e necessárias indenizáveis em dinheiro”. (NOGUEIRA 2005, p. 31). De acordo com a mesma Lei art. 5º, § 2º “o decreto que declarar o imóvel rural como de interesse social, para efeito de reforma agrária, autorizará à União a propor uma ação de desapropriação”. (PINTO 2002, p. 454)

2.7 Fases da Reforma Agrária

A Reforma Agrária no período do regime militar brasileiro (1964-1985) era impulsionada pelo Capitalismo, que em vez de promover a divisão da propriedade, proporcionou, na verdade, a modernização do latifúndio, através do crédito rural fortemente subsidiado. Assim, o proprietário que tivesse mais terras, poderia comprar mais terras e poderia obter mais crédito. Eram os tempos do “milagre brasileiro” em que a economia brasileira cresceu intensamente, tendo um desenvolvimento urbano e industrial acelerados.

Na década de 70 o Governo Federal lançou vários programas especiais de desenvolvimento regional: Programa de Integração Nacional - PIN (1970), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA (1971), o Programa Especial para o Vale do São Francisco – PROVALE (1972), o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA (1974), O Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE (1974).

Os programas que mais receberam recursos para sua implantação foram o PIN e o PROTERRA. O objetivo principal do PIN era efetuar uma colonização em torno de agrovilas, ocupando parte da Amazônia, ao longo da rodovia Transamazônica, buscando integrar “os homens sem terra do Nordeste com as terras sem homens da Amazônia”. Ocorre que a maior parte das famílias deslocadas para a região eram originárias da Região Sul, os impactos sobre a região insignificante e os custos muito altos. (SPAROVEK, 2003, p. 12).

No início dos anos 80, graves conflitos aconteceram pela posse da terra na região Norte do País, levando o governo a criar o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e dos Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins (GETAT), e do Baixo Amazonas (GEBAM). Na mesma década foi aprovado o primeiro PRNA que vigoraria até 1989, tendo como uma das metas assentar 1.400.000 famílias, ocupando uma área de 430.900 km². Os resultados foram desastrosos, vez que se atingiu 10% dos objetivos desejados, só tendo sido assentadas menos de 90.000 famílias. (SPAROVEK, 2003).

Segundo dados oficiais do INCRA, no período de 1990-1994, foram assentadas 12.600 famílias no governo de Fernando Collor. No governo de Itamar Franco (1992-1994), retomando os programas de reforma agrária, após a perda de mandato de Collor, aprovou um programa emergencial para assentamento de 80 mil famílias, mas só foi possível atender 23 mil com a implantação de 152 projetos, numa área de um milhão 229 mil hectares. (INCRA, 1993).

Em 2000, com a atribuição de realizar a reforma agrária e a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, que teve sua estrutura organizacional fixada pelo Decreto nº 3.338, de 14.1.2000. Vinculados a ele estão o INCRA e o Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural. Foi criado o Banco da Terra pela Lei Complementar nº 93, de 4.2.98 e regulamentado pelo Decreto nº 3.475, de 19.5.2000, para execução da reforma agrária, financiando a compra de imóveis rurais e a implantação de obras de infra-estrutura básica, até o limite de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por família, com juros reduzidos. (INCRA, 2001).

2.8 Políticas Públicas

As políticas públicas estabelecidas nos Planos Nacionais de Reforma Agrária – PNRA devem participar da sustentabilidade dos assentamentos rurais, criando condições sociais econômicas e ambientais capazes de promover melhor qualidade de vida aos assentados. Os recursos financeiros disponibilizados pelo Governo através de programas de créditos específicos destinados à reforma agrária nos assentamentos rurais devem ter destinação correta e principalmente devem cumprir as finalidades da política agrária brasileira, beneficiando o homem do meio rural e suas famílias, oportunizando-lhes vida digna e cidadã.

Dentre os créditos especiais, destacam-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com atuação na educação de jovens e adultos, formação técnico-profissional nas áreas de produção e administração rural, formação continuada aos educadores do ensino fundamental e na produção de materiais pedagógicos. Há possibilidade de envolvimento de outras instituições, tais

como universidades, organizações não governamentais, associações, igreja, cooperativas e movimentos sociais rurais.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tem como objetivo geral: proporcionar o aumento da produção agrícola, a geração de ocupações produtivas e a melhoria da renda líquida e da qualidade de vida dos agricultores familiares. São objetivos específicos do Programa: ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar; viabilizar a infra-estrutura rural à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural; fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar; elevar o nível de profissionalização de agricultores de base familiar, proporcionando-lhes novos padrões tecnológicos e gerenciais; favorecer o acesso de agricultores de base familiar e suas organizações ao mercado. As modalidades de créditos do PRONAF compreendem: Assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária; Assentados de projetos estaduais e aos programas Cédula da Terra, Banco da Terra ou do Programa Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural.

Foram liberados para os assentamentos do Estado do Piauí créditos fundiários e crédito de apoio que, segundo o representante do Instituto de Terras do Piauí – INTERPI, visam “dar aos assentados infra-estrutura adequada com: energia, água, estrada e moradia, além de apoio a projetos produtivos de interesse da comunidade. E apoio em assistência técnica e na comercialização da produção”.

Para implantação dos PA's o Governo Federal destina o Programa de Crédito Especial (PROCERA) compreendido nas modalidades de crédito: alimentação, fomento e habitação. No caso do Assentamento Poço dos Negros, objeto do nosso estudo, o Crédito liberado para sua implantação foi no valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais). De acordo com o INCRA, de 1995 a 1999 foram assentadas 372.866 famílias que, segundo a mesma fonte foi o governo brasileiro que mais investiu em projeto de reforma agrária no mundo (INCRA, 1999).

No Brasil a estrutura agrária tem sido analisada segundo Sparovek 2003, p. 15, “através de dados obtidos por diferentes fontes. As principais são: os Censos

Agropecuários realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os Cadastros de Imóveis Rurais do INCRA”.

Os dados estatísticos do I Censo da Reforma Agrária do Brasil realizado em 1996 apurou que 161.556 famílias foram beneficiárias em 1.460 projetos de assentamentos, distribuídos por 26 estados da Federação. Os Estados do Maranhão e do Pará foram os que apresentaram maior contingente de famílias assentadas. (IBGE). Na atualidade, o governo do Estado do Piauí divulga os dados oficiais da reforma agrária com otimismo e através do Diretor Técnico do Crédito Fundiário no Estado, anuncia: “o Piauí é o Estado da Federação que possui o maior número de assentamentos rurais do Brasil com cerca de 5.500 famílias assentadas e o maior número de áreas adquiridas, em torno de 143.833 hectares”. Segundo a mesma fonte:

O Piauí não assentou apenas as famílias nas áreas, mas, todos os assentamentos possuem assistência técnica fundiária através do Crédito Fundiário e cada um recebe uma média de R\$ 18 mil reais (dezoito mil reais) para custear pequenos projetos de geração de renda, a exemplo de criação de: bodes, cabras, suínos, galinha, cultivo de mandioca, caju e outras espécies. [...] no Piauí, os recursos gastos em assentamentos nos últimos três anos totalizam R\$ 70 milhões que ainda serão investidos até o final deste ano. [...] isso representa para o homem do campo mais liberdade e segurança para suas famílias, além de mantê-los no campo com dignidade.

3. ASSENTAMENTO POÇO DOS NEGROS

3.1 Leitura da Realidade

Assentamento Poço dos Negros, antiga Fazenda do mesmo nome, fica a uma distância de 8 Km da sede do município de Altos – PI, cujo proprietário era o espólio de Paulo Roberto Pires de Oliveira. Esta comunidade foi escolhida como objeto de nosso estudo, motivados pela proximidade com nossa capital, Teresina, por integrar o programa de reforma agrária do Piauí e pelo particular interesse em obter subsídios consistentes sobre a realidade dos assentados e de suas famílias, objetivando contribuir de forma mais efetiva com um trabalho de responsabilidade social, desenvolvido desde 2005, pelo Núcleo de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da Faculdade São Gabriel, (NUPEP) na qual trabalhamos.

O assentamento está situado nas Datas Mercês e Água Boa, município de Altos, Estado do Piauí. Altos situa-se na microrregião de Teresina, mesorregião centro-norte piauiense, apresentando uma extensão territorial de 1.306 km², ficando a 37 km da capital, cujo acesso é feito através da BR 343, conforme figura abaixo.

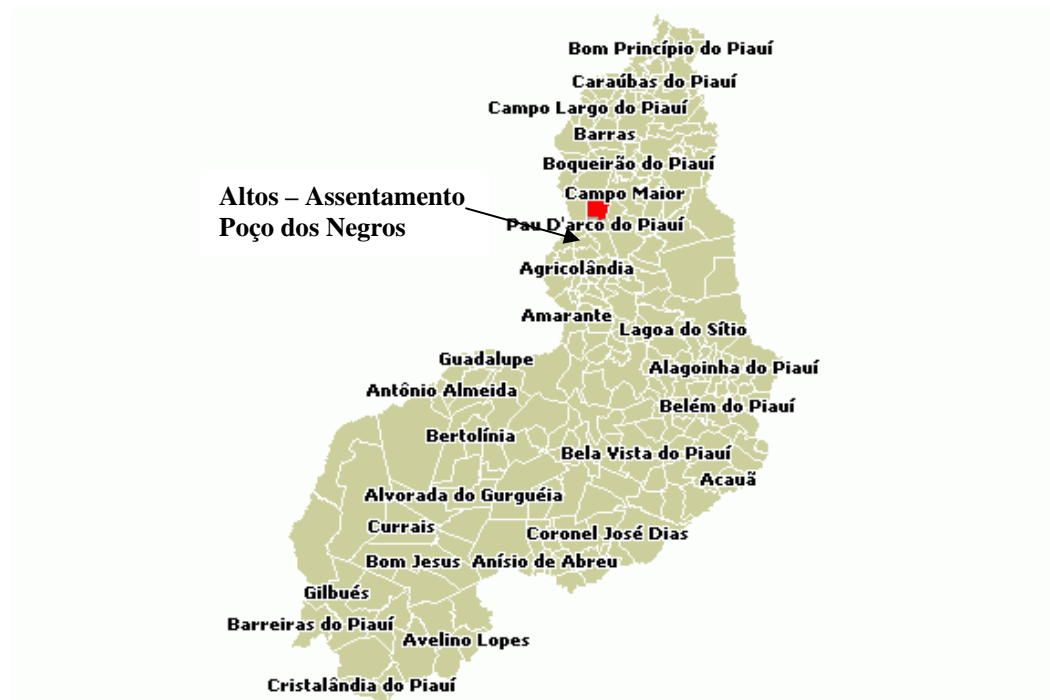


Figura 1 – Mapa do Piauí

Fonte: Conheça o Piauí. <http://www.pi.gov.br>. Acesso em: 28 Set. 2007.

O acesso ao assentamento é feito seguindo-se 17 km pela BR 343 (Altos – Campo Maior) entrando-se à esquerda por estrada vicinal, percorrendo-se cerca de 4 km tendo que atravessar o rio Surubim que, no período chuvoso, dificulta bastante o acesso, por falta de uma ponte.

O assentamento é resultado da ação do Governo Federal, segundo as normas do Plano Nacional de Reforma Agrária, via desapropriação por interesse social, negociada pelo INCRA e norteadada pelo Plano Nacional de Reforma Agrária. Declarado de Interesse Social através do Decreto de 29.7.2005, tendo sido criado através da Portaria do INCRA-PI SR/Nº 2 de 24.2.2006. O PA de Poço dos Negros possui atualmente 36 famílias assentadas e uma população de 160 habitantes. O valor indenizatório do imóvel foi de R\$ 116.925,99, pagos ao espólio em 29.9.5. Área total registrada do imóvel 104471.64 ha. O valor total da terra nua - VTN foi de R\$ 76.243,40 e o valor das benfeitorias R\$ 40.682,59. O valor do ha VTN de R\$ 72,98 e valor total por hectare – VTI R\$ 111,92. – Custo por família R\$ 4.497,15, sendo que 26 famílias foram beneficiadas na época da indenização do imóvel. Estas informações foram prestadas pelo perito federal agrário Bertolino Assunção Filho. CREA 284-PI. (MDA/INCRA 2005).

Para a construção do Projeto de Exploração Anual – PEA do PA Poços dos Negros foi utilizada uma metodologia participativa baseada na publicação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, intitulada “A Intervenção Participativa dos Atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável”, que consiste, basicamente, na elaboração de um autodiagnóstico, processo através do qual os agricultores assentados, técnicos e outros participantes, realizam o diagnóstico do assentamento, proporcionam a intervenção dos atores envolvidos na realidade local e avaliam o desenvolvimento das atividades ao final dos trabalhos. (INCRA, 2006)

A metodologia do PEA consiste em:

- Levantamento e análise de dados a respeito do assentamento;
- Sensibilização das famílias assentadas;
- Construção do diagnóstico;

- Planejamento participativo para aplicação do Crédito Apoio Inicial;
- Sistematização das informações em documento (PEA);
- Assembléia para aprovação do Plano de Aplicação. (MDA/INCRA 2005)

3.2 Caracterização do Assentamento

No estudo do assentamento procura-se destacar as dimensões ambientais, econômicas, sociais buscando-se estabelecer o perfil do mesmo.

3.2.1 Dimensão Ambiental

O município de Altos, sede do assentamento, está localizado na microrregião de Teresina a 05°02'36" de longitude Oeste e a 180m de altitude, possui clima tropical quente úmido e temperatura média anual de 26,5°C, com média máxima de 28,2°C e média mínima de 25,5°C. A umidade relativa média do ar é de 70,3%, a evapotranspiração de referência média é de 4,9mm/dia, viajando de 3,6mm/dia (mês de maio) a 6,7mm/dia (mês de outubro) e a precipitação pluviométrica média anual é de 1.560,6mm, estando concentrada nos meses de dezembro a maio, sendo março o mês mais chuvoso. (INCRA, 2006)

A primeira denominação do município de Altos foi João de Paiva, depois Vila de Altos por força da lei nº1041/22, de 18/7/1922 e, posteriormente cidade de Altos pelo Decreto Lei nº 52/38 de 28/3/1938. A denominação de Altos se deve às inúmeras elevações, e montes que compõem o relevo do lugar. A rede hidrográfica do município, de regime temporário, pertence ao rio Parnaíba, cujos principais afluentes do rio Marathoan são: riachos Madeira Cortada, dos Cavalos e São Domingos.

O PA Poço dos Negros tem como principal fonte hidrográfica:

- Um rio temporário – rio Surubim;
- Um pequeno açude que mede 89,40 metros de parede de terra;
- Um olho d'água denominado "buritizal";

- 2 poços tubulares não equipados com 70m de profundidade;
- 2 poços cacimbões com profundidade de mais ou menos 7m.

O assentamento é abastecido por um dos poços tubulares localizado na área reservada para construção da agrovila, porém os moradores têm reclamado da contaminação da água por ferrugem, provavelmente, na opinião dos assentados, em função dos canos de metal que revestem o poço.

O poço cacimbão conhecido como “Poço dos Negros” está aterrado e seco, porém os moradores têm desejo de recuperá-lo. É com águas dessas fontes coletadas em reservatórios que as famílias bebem, cozinham, lavam roupa e realizam suas atividades de higiene pessoal, como mostra a figura a seguir.



Figura 2 – Reservatório de água
Fonte: Acervo de: Patrícia de Brito Ramos (2007).

Os poços e cacimbões existentes foram perfurados sem autorização do poder público, por empresas perfuratrizes e pessoas contratadas antes da desapropriação. Do ponto de vista ambiental, existem normas legais que devem ser seguidas para procedimentos desta natureza relativos à utilização do solo e

principalmente considerando-se a necessidade de preservação da natureza para a vida de todo ser vivo na face da terra, o que não foi observado.

No período de escassez de chuvas, quando há grandes estiagens, mesmo com a existência das fontes hídricas mencionadas, o que fica evidenciado é a necessidade de implantação de projeto de abastecimento de água, pelos órgãos governamentais responsáveis.

Segundo o “Estudo das Potencialidades, Investimentos e Reflorestamento no Vale do Médio e Baixo Parnaíba”, editado pela Fundação Centro de Estudos e Pesquisas do Estado do Piauí (CEPRO), a profundidade média do lençol aquífero da região de Altos é de 103,4m, com vazão média de 5.500 l/h, sendo o aquífero do tipo livre e com formação geológica do tipo pedra de fogo.

O clima no município de Altos é tropical quente e úmido. As necessidades ambientais de água são muito elevadas, 1700 mm anuais, em média. O período chuvoso inicia-se normalmente em dezembro, prolongando-se até abril e com maior intensidade nos meses de fevereiro a abril. (LIMA, 2002, p. 48). As temperaturas são geralmente elevadas durante o ano todo, com média anual em torno de 27,5° C. O Assentamento Poço dos Negros deriva do clima do município.

O solo é limitado em seu uso, principalmente, pela baixa fertilidade e drenagem imperfeita. Destaca-se a aptidão da área para a pecuária, evidenciada pela presença de vegetação arbórea e arbustiva utilizadas para alimentação animal, bem como a presença, em quase toda a área, de capim nativo. (INCRA: PA 2006).

A vegetação da região é típica de cerrado, ocorrendo em boa parte da área campo sujo de cerrado e áreas com carnaúbas. São encontradas, além destas espécies como: pequi, tucum, pau d’arco, faveira, pau-pombo, taboca, bacuri, caju, murici, mororó, sabiá, unha-de-gato, mirindiba e capim agreste.

A área de reserva legal do assentamento ainda não foi demarcada. Porém, como no PA Novo Brejinho, que limita o PA Poço dos Negros, já existe reserva legal demarcada margeando a área deste, há uma orientação natural para a

demarcação da reserva de modo que haja a maior porção possível de área contínua preservada, conforme figura e quadro a seguir:

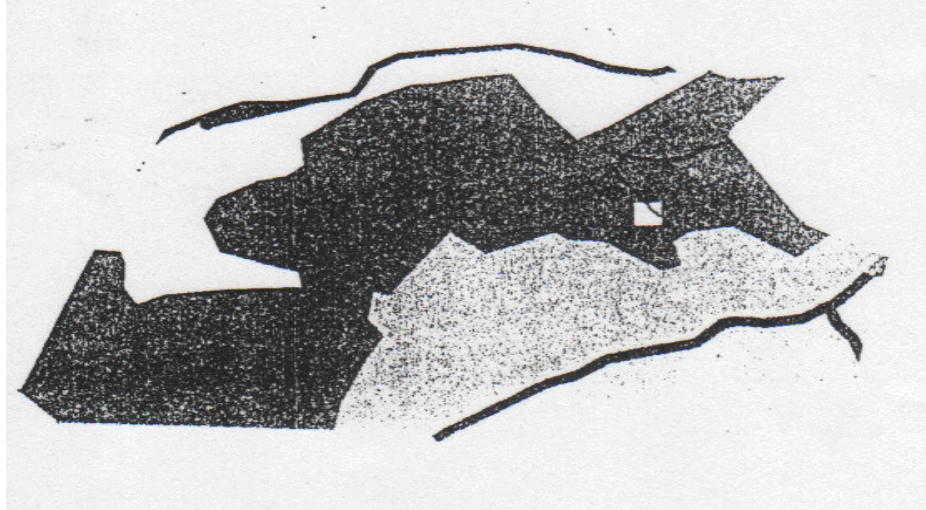


Figura 3 – Área de vegetação
Fonte: MDA/INCRA 2005

Áreas	Quantidade em hectares
Construída	2.1616 ha
Estradas	1.9185 ha
Vegetação nativa de cerrado típico	503.1193 ha
Vegetação nativa de cerrado típico	223.4216 ha
Vegetação nativa de cerrado campo sujo	132.0209 ha
Vegetação nativa de cerrado campo limpo	206.5802 ha
Área ao longo dos rios	40.5668 ha

Quadro 2 - Distribuição das terras do Assentamento em hectares
Fonte: MDA / INCRA 2005.

A fauna na região é constituída segundo relatório técnico do INCRA por: codorniz, bem-te-vi, garça, sabiá, anum-preto, pica-pau, caboré, socó, curica dentre outros e animais silvestres: raposa, mocó, guaxinin, cotia, mucura, soim, preá, veado, mambira, peba, tatu, seriema, dentre outros. A caça predatória de animais ainda é realizada no Assentamento. (MDA/INCRA – 2006).

3.2.2 Dimensão Econômica

A condição essencial para que haja sustentabilidade econômica no assentamento está relacionada à agricultura, pecuária e ao extrativismo vegetal. Leff (2001) aborda que os investimentos públicos voltados para as demandas na área agropecuária precisam ter repasses regulares, ou seja, precisam realmente ser liberados em tempo hábil para que os agricultores possam aplicá-los no plantio

adequadamente, obtendo, assim, maior produtividade e renda, refletidas de forma significativa na melhor qualidade de vida dos agricultores e de suas famílias.

É no setor primário que reside a composição dos meios de sobrevivência dos assentados. É na agricultura de subsistência e na criação de pequenos animais que se concentram as atividades produtivas. A agricultura é de sequeiro que, em geral, não emprega a prática de uso, manejo e conservação nem correção do solo. Não utiliza sementes melhoradas e o espaçamento e a densidade de plantio são inadequados, no que resulta baixa produção. (INCRA, 2006).

É necessário, para que haja um aumento na produtividade das culturas produzidas no assentamento, uma correta orientação quanto à escolha das áreas e utilização adequada de insumos agrícolas.

Avalia-se a necessidade de que os órgãos públicos, promovam capacitação visando desenvolver nos agricultores rurais competências e habilidades técnico-científicas, na utilização de novas tecnologias tanto na área da agricultura quanto na pecuária, artesanato e associativismo.

Conforme dados oficiais do Cadastro Tributário Rural relativos às culturas: milho, arroz, feijão e mandioca produzidos em 2006 no assentamento em áreas distintas de 0,2 hectare, 0,5 hectare e 1,0 hectare destinadas ao plantio por família assentada, apresentaram os seguintes resultados, conforme tabelas a seguir:

Tabela 1 - Culturas/Produção Agrícola por família

Ha	Milho (Kg)	%	Arroz (kg)	%	Feijão (kg)	%	Mandioca (kg)
0,2	70	5,23%	190	3,01%	0	0,00%	EM FORMAÇÃO
0,5	635	47,46%	2880	45,61%	10	40,00%	
1,0	633	47,31%	3245	51,39%	15	60,00%	
1,7	1338	100,00%	6315	100,00%	25	100,00%	

Fonte: (INCRA / Cadastro Tributário Rural, 2006).

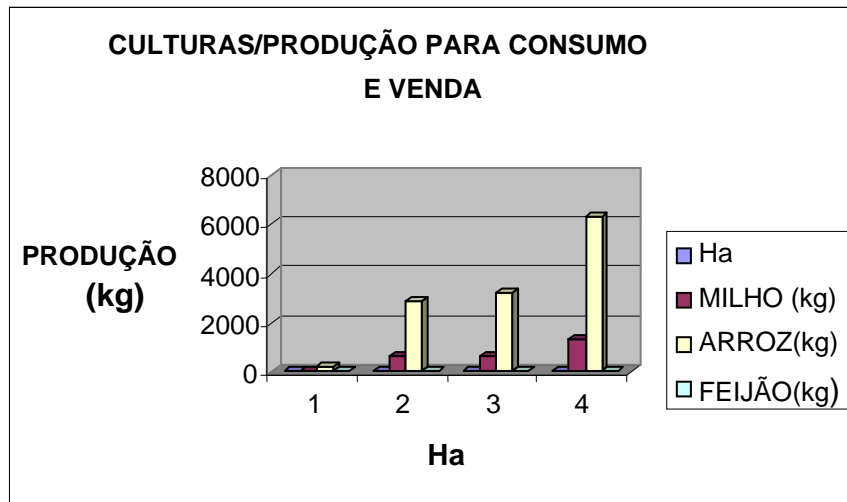


Gráfico 1 – Culturas e Produção
Fonte: INCRA/Cadastro Tributário Rural, (2006)

Tabela 2 – Culturas e Produção

Ha	Milho (kg)	Arroz	Feijão (Kg)	Total / Há	%
0,2	70	190	0	260	3,39%
0,5	635	2880	10	3.525	45,91%
1,0	633	3245	15	3.893	50,70%
1,7	1338	6315	25	7.678	100,00%

* MANDIOCA/CULTURA EM FORMAÇÃO

Fonte: (INCRA / Cadastro Tributário Rural 2006).

Segundo a mesma fonte outra modalidade de produção em regime de consórcio, ou seja, 15 famílias exploraram 15 hectares, compartilhando entre si lucros e os prejuízos.

Tabela 3 – Cultura / Produção agrícola em regime de Consórcio

CULTURA	Kg	%
Arroz	6370	32,15%
Milho	13416	67,72%
Feijão	25	0,13%
TOTAL	19811	100,00%

Fonte: INCRA/ Cadastro Tributário Rural (2006)

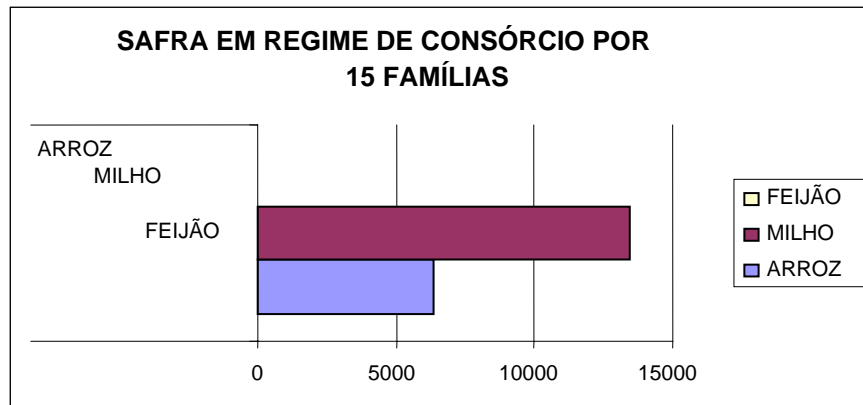


Gráfico 2 – Safra em regime de consórcio
Fonte: INCRA/Cadastro Tributário Rural (2006)



Figura 4 – Roça de milho
Fonte: Acervo de Patrícia de Brito Ramos (2005)

O estudo do INCRA sobre o comportamento da agricultura realizado em 2006 já constitui na opinião da autora um forte indicador de que aos poucos os efeitos positivos da Reforma Agrária no Assentamento estão se desenhando, pois antes da desapropriação as terras eram improdutivas quase que totalmente.

3.2.3 Dimensão Social

Os fatores que promovem mudanças e sustentabilidade socioeconômica estão vinculados à educação e à saúde, essenciais para todo cidadão, previstos na Constituição Federal que as menciona no capítulo II dos Direitos Sociais, Art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a

segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

No estudo em tela constatou-se que a educação no Assentamento Poço dos Negros é assistida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Igreja Católica. O Estado oferece Educação nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Não existe nenhuma Unidade Escolar construída. O Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (PRONERA), no ano de 2007 iniciou sua atuação no município de Altos, segundo informação de técnico do INCRA, entretanto nesta pesquisa não foi possível obtenção de dados sobre tal atuação.

Na questão da assistência à saúde há sérias dificuldades, pois nem o Programa Saúde da Família (PSF) do Governo Federal disponibilizou equipe para atuar diretamente no PA, sendo o atendimento prestado por equipes do PSF de outras localidades em dias e horários a depender da disposição dos chefes de equipe. Outros aspectos sociais como: habitação, previdência social e outros são abordados a seguir no capítulo que trata da pesquisa de campo.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O trabalho é fundamentalmente um estudo de caráter descritivo, que procurou por meio de levantamento de dados primários e secundários, identificar as características do Assentamento Poço dos Negros, objeto do estudo, buscando, especialmente analisar as condições socioeconômicas ambientais e de infraestrutura após a sua inserção, no Programa de Reforma Agrária do Estado do Piauí.

A pesquisa descritiva foi efetuada com os objetivos:

- a) Conhecer a realidade contextual do Assentamento;
- b) Analisar as condições sociais, econômicas e ambientais e de infraestrutura refletidas na qualidade de vida das famílias assentadas;
- c) Identificar as potencialidades e fragilidades do Assentamento.

4.1 Aspectos Metodológicos

O trabalho foi desenvolvido no Assentamento rural, procurando-se identificar as principais características da localidade, analisando-se as condições socioeconômicas e ambientais, abordados anteriormente na introdução deste trabalho.

Os instrumentos utilizados em duas visitas ao local, para a coleta de dados, foram entrevistas semi-estruturadas, que segundo BEUREN 2004, é a técnica que visa à obtenção de informações, na qual o pesquisador pessoalmente se mostra à população selecionada e formula as perguntas, com o objetivo de obter dados necessários para responder à questão em estudo.

Foram aplicados 16 instrumentais de entrevistas, sendo respondidos pelo chefe de família. Cada roteiro continha 25 questões entre questões fechadas e

abertas e permitiam aos entrevistados exporem suas opiniões sem nenhuma preocupação com o uso da linguagem.

As questões sobre a produção agrícola visaram a perceber comportamento, da produção, de área plantada e de produtividade. Com a dimensão renda, objetivou-se a regularidade e o destino dos créditos e repercussão no nível de renda das famílias. Os questionamentos relativos à comercialização visaram a identificar o modo de venda dos produtos agrícolas e a inserção no mercado local e regional. Foram entrevistados o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altos, trabalhadores rurais e o Presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais. Foram entrevistados dois técnicos do INCRA – Piauí.

Com os técnicos do INCRA objetivou-se obter informações sobre o processo de negociação da terra e laudo de vistoria. O Instituto forneceu cadastro dos assentados no processo de implantação do projeto e o PDS, bem como informações relativas à liberação dos créditos, com os respectivos valores. O roteiro foi elaborado buscando-se obter subsídios que permitissem identificar as dimensões: sociais, econômicas, ambientais e de infra-estrutura do assentamento pesquisado.

4.2 Dimensões

Aspectos analisados relativos às dimensões: socioeconômicas, ambientais e de infra-estrutura do município de Altos – PI e do Assentamento Poço dos Negros.

4.2.1 Social

Foram identificados na pesquisa de campo, aspectos sociais relacionados à vida dos assentados, ou sejam: projeto do assentamento, constituição familiar, procedência e organização social, assistência à saúde, educação, cultura e lazer.

Questionados sobre a participação no diagnóstico e na elaboração do Plano de Assentamento 26 pessoas responderam ter contribuído ajudando aos técnicos do INCRA em visita ao local na negociação com os proprietários e laudo de

vistoria; 4 pessoas disseram ter participado de todas as etapas de planejamento, e frisaram a importância da atuação do Presidente da Associação dos Moradores do Assentamento.

4.2.1.1 Procedência e Organização Social

Segundo o Censo (IBGE, 2000) o município de Altos apresenta uma população de 39.106 habitantes, sendo 33,04% do meio rural e 66,96% da zona urbana, destes 37,74% na idade entre 20 e 50 anos representa o contingente da mão-de-obra economicamente ativa.

Questionados sobre a naturalidade e organização social, das 16 famílias pesquisadas 90% declararam ser naturais do município de Altos – Piauí e que estão organizados em torno de uma associação, denominada Associação Comunitária de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Assentamento Poço dos Negros, fundada em 2/7/2005, construída por 56 sócios. O Presidente da Associação Poço dos Negros é o senhor Joaquim Bento de Oliveira, conhecido por todos pelo apelido de “Joaquim do Poço”, um dos moradores mais antigos do lugar.

80% dos agricultores do assentamento são sindicalizados e o assentamento é assistido pelo STR do município de Altos, que os assentados dizem ter muita influência política no município de Altos. As palavras de Joaquim do Poço “o STR é que manda, nós sindicalista tem força, nós é que manda”, traduzem estas palavras a força política deste sindicato no referido município.

Das famílias entrevistadas 53% são constituídas de 3 a 5 pessoas e 43% constituídas de 5 a 9 pessoas e numa faixa de 4% as famílias têm até 10 ou mais membros.

4.2.1.2 Saúde

Segundo uma enfermeira-chefe do hospital, entrevistada, o atendimento à saúde da população acontece através de uma estrutura de apoio composta pela Secretaria Municipal de Saúde, um hospital, cinco postos de saúde na zona urbana

e quatro na zona rural. O hospital tem uma unidade de pronto-socorro e conta com cinquenta e dois leitos.

O quadro dos profissionais da área de saúde é composto por: trinta e oito médicos, dezenove dentistas, dezoito enfermeiros, vinte e nove auxiliares de enfermagem, oitenta e nove agentes de saúde que estão distribuídos entre o hospital e demais serviços de saúde existentes no município, além de outros profissionais que trabalham no setor.

Os principais programas e ações de saúde do município são:

- ✓ Programa dos agentes comunitários de saúde – PACS
- ✓ Programa de saúde da família – PSF
- ✓ Programa de coleta de material cérvico-uterino – PCCU
- ✓ Programa de assistência integral à saúde da mulher e da criança
- ✓ Programa de planejamento familiar
- ✓ Programa DST/AIDS
- ✓ Programa de humanização no pré-natal e nascimento
- ✓ Incentivo ao aleitamento materno
- ✓ Controle de vigilância sanitária
- ✓ Programa de combate à carência nutricional – PCCN

O município não tem rede de esgoto básica para coleta de dejetos, predominando na zona urbana a utilização de fossas sépticas e na zona rural se dá a céu aberto. Apenas 10% da população é servida com água tratada. A coleta do lixo é feita 3 vezes por semana em todos os bairros, e todo o lixo coletado no município é colocado em aterro sanitário a céu aberto, localizado a 12 km da cidade, e são recolhidas em torno de 12 toneladas de lixo/dia. (IBGE, 2000).

A assistência à saúde no Assentamento em estudo é feita por um agente municipal de saúde de Altos. Este Assentamento não é assistido pelas equipes do PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF. O atendimento médico-odontológico é feito por profissionais de comunidades vizinhas, informa o Presidente da Associação dos Moradores.

Quando questionados sobre prevenção e vacinas 100% informam ser as crianças vacinadas, nas campanhas promovidas pelo governo.

4.2.1.3 Educação e Trabalho Coletivo

No município de Altos, segundo a Secretaria Municipal de Educação existem 77 escolas nos níveis de ensino: pré-escolar, fundamental, médio e superior. O ensino fundamental sob a responsabilidade do município conta com 62 escolas, sendo 80% das escolas na zona urbana e 20 na zona rural. O município ainda mantém o ensino de educação infantil em 5 creches da zona urbana. O município conta, ainda, com um campus da Universidade Estadual do Piauí inaugurado em 7 de maio de 2001.

O Estado mantém os níveis de ensino médio e de ensino fundamental em escolas da zona urbana e também um núcleo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) com o ensino superior de Letras, com habilitação em português e Normal Superior.

Existe a rede particular de ensino nos três níveis; educação infantil, ensino fundamental e médio. As tabelas 4 e 5 mostram dados da educação municipal, segundo o Censo IBGE/2000.

Tabela 4 – Número de alunos matriculados por nível de ensino.

Níveis de ensino	Matrícula
Educação Infantil	393
Ensino Fundamental	10.818
Ensino Médio	1.999
Total	12.310

Fonte: IBGE, (2000)

Tabela 5 – Docentes, matrícula inicial.

Dependências Administrativas	População	
	Docentes	Matrícula Inicial
Federal	-	-
Estadual	229	5.510
Municipal	215	5.900
Particular	83	900
Total	527	12.310

Fonte: IBGE, (2000).

Há evasão escolar, considerada pouco expressiva, tendo como causas principais: trabalho infantil, mudanças periódicas das famílias para outros lugares, problemas de saúde. Os programas: Bolsa-Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Programa Nacional da Merenda Escolar – PNAE são instrumentos que contribuem para combater a evasão escolar. A merenda escolar existe em todas as escolas do município.

A Prefeitura mantém transporte escolar dentro do município, e do município para a Capital, enquanto o Estado presta serviço somente na sede do município.

Os principais programas e ações da educação:

- ✓ Educação de Jovens e Adultos – EJA
- ✓ Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNS
- ✓ Programa Nacional da Merenda Escolar – PNAE
- ✓ Programa Nacional do Livro Didático – PNLD
- ✓ Bolsa-Família
- ✓ Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE
- ✓ Programa Nacional de Transporte Escolar – PNDE
- ✓ Programa de Dinheiro Direto na Escola – PDDE
- ✓ Centro de Educação e Pesquisa em Educação, Cultura e Ações Comunitárias – CENPEC
- ✓ Projeto Biblioteca Escolar – PBE

O Programa de Educação de Jovens e Adultos é desenvolvido sob a responsabilidade do município e conta com apoio da Universidade Federal do Piauí e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. São mantidas pelo município 26 salas de aula com 525 alunos, em treze comunidades com assentamento de reforma agrária, através do Programa Nacional de Jovens e Adultos dos Assentados de Reforma Agrária – PRONERA/PROEJAP.

A educação, de primordial importância para a comunidade, ainda é muito deficitária. Constatou-se não existir escola no assentamento. Na antiga casa sede da

fazenda funciona apenas uma sala de aula, atendendo às crianças de 1ª à 4ª séries (multisseriada), cuja professora é funcionária da Prefeitura Municipal de Altos.



Figura 5 – Sala de aula
Fonte: Acervo de Patrícia de Brito Ramos (2007)

A partir da 5ª série, os alunos se deslocam para a sede do município, percorrendo cerca de 3 km a pé ou de bicicleta, até atingir a BR onde têm acesso ao ônibus escolar da Prefeitura de Altos. De acordo com informações fornecidas pelo representante da Associação, as crianças e jovens precisam sair muito cedo da manhã para conseguirem freqüentar aula, à tarde, retornando à noite para suas casas. Da população adulta residente em Poço dos Negros, 18% declararam-se analfabetas/os, enquanto 82% declararam-se alfabetizados.

O trabalho coletivo em forma de mutirão, basicamente para o trabalho de preparo de área para cultivo de roça, é uma forma de organização muito importante no contexto social do Assentamento, segundo 85% dos entrevistados, através deste tipo de atividades as famílias vão se conhecendo mais, as relações interpessoais se consolidam. A prática de mutirão é importantíssima, pois as famílias ao chegarem em Poço dos Negros não possuíam nenhuma identidade umas com as outras, declarou um trabalhador rural.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA já tem ações previstas e iniciadas no PA, segundo informações do técnico do INCRA,

entretanto não foi percebido pelos assentados, pois não mencionaram este Programa nas entrevistas. Os pesquisados informaram o trabalho educacional desenvolvido pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, junto aos assentados do Projeto de Alfabetização. A Igreja Católica também atua na área.

4.2.1.4 Cultura, Lazer e Turismo

Segundo dados coletados na Prefeitura de Altos, o município conta com rios, cachoeiras e riachos com piscinas naturais, possuindo uma estrutura propícia ao ecoturismo e à prática de esportes radicais. A cidade de Altos possui ainda três sítios paleontológicos, com a presença de lenhos fósseis que datam de 230 a 250 milhões de anos (era Paleozóica), localizados nas localidades rurais Gameleira, Serra do Gustavo (também conhecida como Boqueirão do Brejo) e Barrinha. Possui ainda a Floresta Nacional dos Palmares (única do Estado), com 170 ha, unidade de conservação ambiental federal administrada pelo IBAMA. Quanto ao turismo cultural, Altos possui grande número de festividades que atrai pessoas de todo o Estado, como é o caso dos festejos de São José (na Igreja Matriz) e do Show da Rádio São José dos Altos, realizado anualmente no dia 21 de setembro com a presença de inúmeras atrações.

As manifestações culturais são de caráter religioso e de iniciativa de leigos. Rezas de terços e ladainhas foram mencionadas, acontecendo especialmente nos meses de outubro e dezembro, em homenagem, segundo 2 mulheres entrevistadas, a São Francisco e por ocasião do Natal.

Há um coral em formação. Acontecem raramente no Assentamento forrós, danças regionais promovidas pelos assentados.

4.2.2 Econômica

É no setor primário que reside a composição básica dos meios de sobrevivência de boa parte da população do município de Altos.

Os recursos hídricos são limitantes para o desenvolvimento de uma agricultura mais abrangente em termos de extensão e de aporte tecnológico que inclua o uso da irrigação.

Os rios existentes e vários riachos permanecem secos a maior parte do ano, apresentando alguma perenidade no período chuvoso, portanto sem importância para a prática de irrigação na agricultura. No entanto, as reservas de água subterrâneas são consideradas abundantes, de boa qualidade e apropriadas para o uso na agricultura e no consumo humano e animal.

Os números da produção agrícola apresentados pelo IBGE se referem a uma agricultura de sequeiro que apesar dos baixos índices produtivos, não se pode desprezar a importância das culturas para a população e nem desconhecer a potencialidade que algumas áreas específicas apresentam para o desenvolvimento de uma agricultura mais produtiva em termos de culturas como: mandioca, caju, coco, banana, milho, feijão e/ou diversificação com hortaliças e com plantas forrageiras para alimentação animal.

Tabela 6 – Agricultura (desempenho das culturas)

Discriminação	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Produtividade (t/ha)
Arroz de sequeiro	2152	2.152	01
Amendoim	01	01	01
Cana-de-açúcar	27	08	08
Fava em grão	04	01	0,25
Mandioca	961	9.610	10
Milho em grão	1.054	0,59	0,50
Urucum	06	03	0,50
Tomate	01	08	08
Banana	28	21	0,75
Coco-da Baía	12	96	08
Castanha de caju	671	121	0,18
Laranja	72	1.990	27,6
Limão	11	608	55,3
Melancia	12	100	05
Maracujá	01	60	60
Melão	12	24	02
Manga	78	2.368	30,3
Tangerina	02	94	47

Fonte: IBGE-Censo de Produção Agrícola Municipal

Tabela 7 – Quantidade de Produção Vegetal-Extrativismo

Produtos	Unidade	Quantidade
Carnaúba (cera)	Kg.	1.000
Carnaúba (pó)	Kg.	27.000
Babaçu (amêndoa)	Kg.	153.000
Tucum (amêndoa)	Kg	---
Umbu	Kg.	1.000
Carvão Vegetal	T	529
Lenha	M	4.324
Madeira em tora	M	1.259

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e Silvicultura-Altos

Tabela 8 – Efetivo dos Rebanhos em Cabeças

Produtos	Unidade
Asinino	2.137
Bovino	17.315
Bubalinos	213
Caprino	18.236
Eqüino	2.187
Codornas	718
Galinhas	77.122
Galos, frangos e pintos	396.846
Muar	374
Suíno	26.297
Ovino	20.484

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal – Altos

Tabela 9 - Produção de Origem Animal

Discriminação	Unidade	Qtde
Leite de vaca	Mil litros	1.347
Ovos de galinha	Mil dúzias	504
Ovos de codorna	Mil dúzias	10

Fonte: IBGE- Produção Pecuária Municipal – Altos

4.2.2.1 Cooperativa Agroindustrial dos Pequenos Produtores de Altos

Culturas beneficiadas:

- mandioca;
- arroz;
- castanha.

4.2.2.2 Produtos Gerados

- arroz beneficiado;
- farinha de mandioca;

- castanha de caju para exportação.

4.2.2.3 Origem da Matéria-Prima

- do próprio município: 70% (produtores) e 10% (atacadista);
- de outros municípios: 20%;
- de outros estados: - nenhum.

No Assentamento Poço dos Negros são detectados nos dados coletados aspectos relativos à: pecuária, agricultura e renda familiar. 60% dos entrevistados têm na criação de caprinos, ovinos e suínos, os seus rebanhos mais significativos. Não há subdivisões de pasto e nem currais ou apriscos para manejo. A criação dos rebanhos é extensiva e semi-extensiva sem nenhuma assistência zootécnica. Os assentados se queixam de que, estando a cerca do perímetro do PA muito danificada, há invasão constante de animais das propriedades vizinhas, e que estes invasores se apropriam do pasto disponível no assentamento.

4.2.2.4 Produção Agrícola no Assentamento

A produção agrícola está concentrada nas culturas: arroz, feijão, milho e mandioca segundo 90% das famílias assentadas; em 10% há também plantação de caju; 60% dos assentados pesquisados dizem produzir para o sustento da família (autoconsumo) e frisaram que há ano em que não conseguem produção suficiente, para alimentar a família, isto se apresenta quando há grandes estiagens ou enchentes na região.

4.2.2.5 Renda Familiar

Questionados sobre renda agrícola das 16 famílias entrevistadas, 10 relataram ter renda variando entre R\$ 171,00 até R\$ 350,00; outras 4 relatam ter renda variando de R\$ 351,00 até R\$ 520,00 e apenas 2 relataram ter renda de até R\$ 170,00.

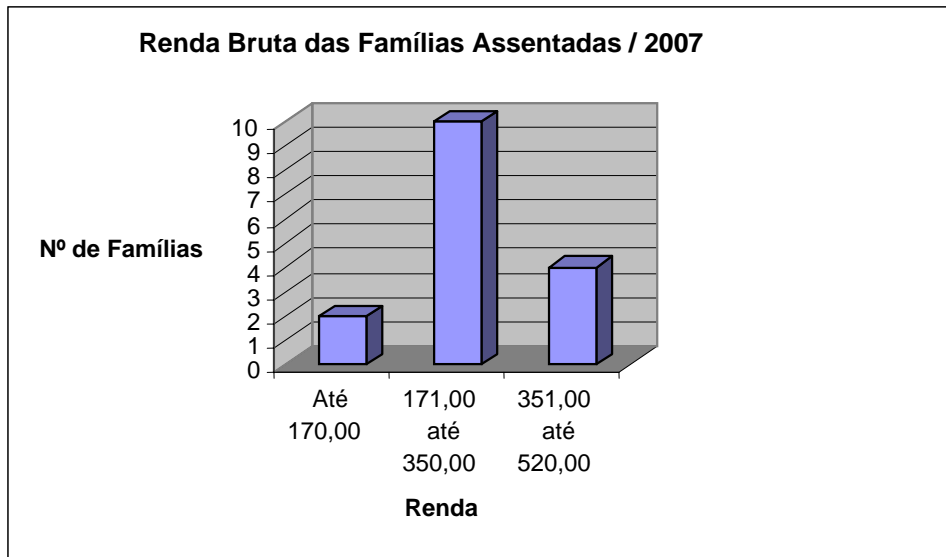


Gráfico 3 – Renda Bruta das Famílias Assentadas / 2007
 Fonte: Pesquisa de campo. julho, 2007.

A elevação do nível de renda para os que relataram renda de até R\$ 520,00 foi associada ao artesanato da palha da carnaúba, a recursos do INSS para aposentados rurais, ou Programa Bolsa-Família e/ou ainda ajuda em forma de doações.

A produção agrícola é destinada ao autoconsumo das famílias, por isso não existe renda oriunda de comercialização. Existe troca de produtos agrícolas entre os trabalhadores rurais e comerciantes circunvizinhos ao PA.

30% dos assentados têm nas atividades de artesanato uma renda complementar que ajuda muito no sustento da família, destes 25% são mulheres que trabalham com bordados, tricô e crochê que são comercializados na feira de Altos, nos dias de sábado.

Dos entrevistados, 90% têm no artesanato da palha de carnaúba uma renda muito significativa. Confeccionam dentre outros produtos: cestos, jacás, chapéus, vassouras e peneiras comercializando-os às margens da rodovia 343, que liga Teresina, capital, ao norte do Estado. Esta rodovia tem trânsito bastante intenso o que é uma vantagem comercial para os assentados. Para que esta atividade se consolide, os mais velhos transmitem a sua arte aos mais novos, objetivando,

segundo os pais entrevistados, a continuidade da cultura da palha, que é de grande valia. A figura abaixo é representativa da atividade.



Figura 6 – Beneficiamento de palha de carnaúba
Fonte: Acervo de Patrícia de Brito Ramos (2007)

Na entrevista com o Presidente da Associação, abordando sobre ajuda financeira, ele revelou que 15 assentados são aposentados pelo INSS e percebem um salário mínimo; 20 beneficiados com recursos do programa Bolsa-Família que variam de R\$ 30,00 a R\$ 80,00, dependendo da quantidade de filhos matriculados nas escolas de ensino fundamental, e 30 são beneficiários do programa Vale-Gás, percebendo R\$ 15,00 liberados pelo governo, de dois em dois meses, para as famílias que não percebem Bolsa-Família. Há também para as mulheres gestantes o salário maternidade, que constitui uma grande conquista para as mulheres do meio rural, além do Crédito de Apoio para implantação do assentamento, já mencionado no estudo.

Existe no município produção artesanal com a utilização de diversos materiais, porém acontece de forma bastante dispersa e desorganizada. Há uma demanda por capacitação e por uma organização na produção, divulgação e comercialização dos produtos.

Há ainda a presença de artesanato, tipicamente sertanejo, como: calçados, bolsas, selas, arreios e indumentárias de vaqueiro.

4.2.3 Ambiental e de Infra-Estrutura

4.2.3.1 Água

O abastecimento d'água da zona urbana de Altos é feito pela companhia Águas e Esgotos do Piauí S/A – AGESPISA, considerando precário pelas informações dos moradores, em termos de tratamento e de abrangência geral da população. Na zona rural a população é abastecida através de poços tubulares, chafarizes, poços cacimbões, cacimbas, etc, não havendo nenhum tratamento de água.

A prefeitura mantém sistema de abastecimento gratuito em vários bairros com água canalizada (construído em mutirão) a partir de poços artesianos.

A rede de esgoto sanitário é praticamente inexistente, comprometendo desse modo as condições de saúde da população.

Na questão ambiental, das 16 famílias entrevistadas, 40% perfuram suas próprias cacimbas nos quintais, poços de pouca vazão e qualidade duvidosa, afirmam que os mesmos, geralmente secam no período de verão. Um açude de pequeno porte e um olho d'água servem para o consumo de animais.

80% dos entrevistados consideram a água do assentamento como imprópria para o consumo humano. E só a utilizam por não terem outra opção. Dizem identificar sinais de contaminação. Houve queixas de doenças freqüentes como diarreias, verminoses e coceiras atribuídas ao consumo desta água.

4.2.3.2 Habitação e Iluminação Pública

As condições de habitação não são favoráveis no Assentamento. Das 36 casas existentes apenas 1 é construída com paredes de tijolos e cobertura de telhas. 90% das residências são construídas de um misto de palha, taipa e chão batido.

A rede de distribuição de energia elétrica da Companhia Energética do Piauí S/A – CEPISA não atende completamente à demanda do município de Altos, existindo, portanto, um déficit na cobertura desse serviço à população, principalmente na zona rural, cujo atendimento ocorre em cerca de 40 comunidades.

Não há eletrificação no Assentamento. A iluminação das habitações é feita através de lamparinas a base de querosene. Considerando-se que as habitações são construídas com palha, tal situação representa um grave risco para a comunidade. Qualquer acidente provocado pelo uso deste combustível poderá ser de grande proporção e colocará em risco a vida de todos os assentados, devido à facilidade de propagação que tem o fogo junto ao material das residências e que é agravado pela proximidade das mesmas, conforme figura a seguir.



Figura 7 – Casa de palha
Fonte: INCRA (2007)

4.2.3.3 Saneamento e Lixo

A coleta de lixo domiciliar é feita pela Prefeitura Municipal, 3 vezes por semana em todos os bairros da cidade, coletando mais ou menos 12 toneladas de lixo / dia, que é colocado em aterro sanitário a céu aberto, localizado a 12 km da

sede. O lixo hospitalar tem o mesmo destino do lixo doméstico. Na zona rural, o lixo é acondicionado próximo às habitações para aterro ou incineração no próprio local.

Segundo dados coletados por ocasião da visita ao Assentamento, não há fossas sépticas em 90% dos domicílios e o lixo produzido no lugar pelos moradores é depositado diretamente no meio ambiente, a céu aberto. 85% queimam ou enterram o lixo por eles produzido, o que acaba promovendo um grande mal ao meio ambiente e principalmente à saúde das pessoas que habitam aquele local. Os sujeitos entrevistados demonstram preocupação com o meio ambiente, entretanto devido às condições do lugar e a falta de saneamento básico, alegam não ter outra saída. Esperam a instalação da agrovila para solucionar esta problemática.

4.2.3.4 Comunicação e Transporte

O município dispõe de uma Agência Postal Telegráfica servida por terminal telefônico. O sistema interurbano existente é o DDD/DDI e a telefonia celular. Dispõe de uma estação de rádio. Captam-se regularmente os sinais da TV Clube, afiliada à TV Globo; Cidade Verde, afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e da Antena 10, afiliada à Rede Record de Televisão.

As notícias são socializadas no Assentamento através de conversas informais, 30% dos domicílios do PA possuem rádio a pilha, sendo as emissoras mais visitadas: Rádio AM e FM de Altos e Rádio Meio Norte de Teresina. O sistema de telefonia celular rural foi instalado na associação dos moradores.

A população de Altos conta com ônibus de várias empresas que chegam e saem da cidade no intervalo de mais ou menos meia hora principalmente para a capital Teresina e diariamente para José de Freitas, Coivaras, Beditinos, Pau d'Arco e Alto Longá.

O acesso rodoviário, entre os municípios mais próximos, ocorre por rodovias: federal estadual e municipal.

Os meios de transporte utilizados usualmente pelos assentados, segundo 90% dos entrevistados são os constituídos por tração animal, sendo que bicicletas e motos servem também de meio de transporte.

5. CONCLUSÃO

A preocupação central deste estudo foi analisar o Assentamento Poço dos Negros no município de Altos – PI, incluído no Programa de Reforma Agrária, após um longo e exaustivo processo de negociação, via desapropriação por interesse social entre o Governo Federal, representado pelo INCRA e o seu ex-proprietário. Todas as etapas e formalidades legais foram consideradas, durante o processo conforme laudo de vistoria e relatórios técnicos fornecidos pelo INCRA à autora deste trabalho.

A viabilidade desta pesquisa se deu por ter contado com a valorosa contribuição e envolvimento dos sujeitos integrantes no processo e na execução dos assentamentos rurais, a Associação de Moradores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os representantes de órgãos públicos, especialmente técnicos do INCRA, e pessoas da sociedade civil, participaram das entrevistas fornecendo dados quantitativos e qualitativos, por vezes até com informações mais detalhadas do que as solicitadas no instrumental – roteiro de entrevista.

Procurou-se desenvolver o trabalho objetivando descrever as principais características e, a partir destas, traçar o perfil do lugar; identificar e analisar as condições sociais, econômicas, ambientais e de infra-estrutura buscando-se verificar se estas condições, após a experiência da reforma agrária, têm reflexos positivos na qualidade de vida dos assentados e de suas famílias.

A contribuição e a relevância desta pesquisa estão em estudar e analisar a Reforma Agrária na forma de assentamento rural procurando identificar neste o cumprimento da função social da propriedade da terra conforme preceitua a Constituição Federal, no título que trata sobre a política agrícola e fundiária e da Reforma Agrária no Brasil.

A propriedade desapropriada, em sua grande maioria, era constituída de terras ociosas, tinha produtividade insignificante e concentra-se em uma única pessoa o proprietário, seu dono. Neste contexto, o primeiro impacto positivo da

Reforma Agrária com a implantação do Assentamento Poço dos Negros estudado foi a redistribuição das terras da propriedade rural, que após a sua demarcação foi dividida em 36 pequenos lotes entregues a 36 famílias de trabalhadores rurais. A maioria destas famílias naturalizadas no município de Altos – PI. Este foi um passo bastante importante, pois de pronto promove uma mudança no status de cada chefe de família, que, de meeiro, passa a dono da própria terra.

A redistribuição de terra está prevista na Constituição Federal, no capítulo dos direitos de propriedade e posse de terra rural, configurados nos institutos constitucionais dos direitos fundamentais do homem. Nesta perspectiva, a reforma agrária implantada na localidade Poço dos Negros cumpriu requisitos da função social procurando beneficiar o homem do campo incorporando terras, antes ociosas, ao processo produtivo da agricultura do lugar, causando impactos de natureza social e econômica na vida do camponês.

Neste modelo de assentamento estudado alguns aspectos positivos devem ser destacados, como por exemplo:

- a) Proximidade do PA com a capital, Teresina, é um facilitador que pode favorecer aos assentados na medida em que algumas demandas podem ser assistidas e atendidas diretamente e com mais celeridade, junto aos órgãos públicos e privados competentes centralizados na Capital, especialmente nas áreas de saúde e de reforma agrária.
- b) Artesanato da palha é uma atividade potencializadora na economia do local e é uma atividade já consolidada no Assentamento que contribui para o aumento da renda familiar.
- c) Vegetação preservada, a existência de açude e olho d'água no assentamento são bastante importante e proporcionam efeitos benéficos para a sustentabilidade do meio ambiente.

Entende-se que, do ponto de vista econômico e ambiental, ainda são requeridas dos assentados mudanças de comportamento, atividades e habilidades

com vistas à preservação e aos cuidados com o meio ambiente. Há também uma necessidade basilar que a agricultura do lugar seja transformada numa agricultura comercial, com utilização de novas tecnologias exigidas no mercado competitivo do mundo moderno. Neste sentido, é importante salientar a necessidade urgente que têm os trabalhadores rurais, do Assentamento Poço dos Negros, de novos conhecimentos técnico-científicos voltados para o desenvolvimento agropecuário.

Neste sentido, entende-se que os órgãos públicos responsáveis pela Reforma Agrária devem implementar políticas de capacitação através de cursos, treinamentos e outras estratégias educacionais que potencializem novos métodos e novas tecnologias voltadas para o meio rural. Com a capacitação dos assentados aliada à utilização de novas tecnologias certamente haverá aumento de produção e renda e conseqüente melhoria na qualidade de vida dos agricultores e de suas famílias.

Considera-se também como um aspecto muito relevante no PA, a efetiva atuação e a credibilidade que têm a Associação dos moradores e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pois são fundamentais para o processo de decisão política da comunidade, junto aos órgãos públicos. Aspectos como saúde, educação e habitação, áreas básicas e indispensáveis a todo cidadão merecem ser melhor assistidas no PA, embora algumas pequenas ações já estejam sendo implementadas.

As políticas públicas destinadas ao Assentamento em Créditos para Apoio, Educação, Alimentação, Agricultura em forma de Programas PROCERA, PRONERA e PRONAF estão sendo implementadas, entretanto os seus efeitos ainda não são percebidos no seio das famílias, especialmente na área educacional e de saúde.

Conclui-se este estudo com a convicção de ter alcançado os objetivos propostos no início deste trabalho desejando compartilhá-lo com pessoas interessadas na temática – Reforma Agrária e que possa o mesmo fornecer subsídios para novas experiências sobre assentamentos e seus impactos na vida do homem do meio rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário**. 4 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. Volume 1.

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

BERGAMASCO, Sônia M. **A presença de elementos constitutivos de capital social nos assentamentos São Bento e Santa Clara / Che Guevara – Pontal do Paranapanema**. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/qt/3/Vanilde_Souza.pdf>. Acesso em: 20. Jun. 2007.

BEUREN, Ilse Maria. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade. teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (CENSO 2000). Brasília.

BRASIL. Senado Federal. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 42/2003 e pelas Emendas Constitutivas de Revisão n. 1 a 6/94. – Brasília, DF: Subsecretaria de Edições técnicas do Senado, 2004.

BRASIL. Lei nº 4.504/64. **Estatuto da Terra**. Coleção Saraiva de Legislação. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Reforma Agrária – compromisso de todos**. Brasília, Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997.

BRASÍLIA. FAO/PNUD – Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Brasília, 1992.

BOLETIM DO DESER. **Conjuntura Agrícola**. Curitiba: Deser, 1998.

BORGES, Paulo Torminn. **Institutos básicos do direito agrário**. 11 ed., São Paulo: Saraiva, 1998.

CAVALCANTI, C. Condicionantes biofísicos da economia e suas implicações quanto à noção do desenvolvimento sustentável. *In: Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

CASTRO, Lúcia de Fátima Correia de. **Atividades Agrícolas no Assentamento e suas repercussões sobre o meio ambiente**. 2005, 73f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

COMISSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Conselho Econômico e Social-ECOSOC**. Implementando a Agenda 21. Segunda sessão preparatória, 28 de janeiro a oito de fevereiro de 2002. 01. 17.

DUARTE, Nestor. **Reforma Agrária**. Rio de Janeiro. MEC/SD, 1953.

FAO/INCRA. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A questão agrária no limiar do século XXI**. In: ENCONTRO Nacional de Geografia Agrária. 15º, 2000, Goiânia. **Anais...**, CD Rom.

FONTENELE, Sérgio. **MST: uma vez sem-terra, sempre um sem-terra**. **Jornal O Dia**. Teresina, 01 de maio de 2005. Caderno de debate, p. 03.

GIANSANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atual, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Piauí possui o maior número de assentamentos rurais do Brasil. Disponível em: <<http://www.pge.pi.gov.br/materia.php?id=19482>>. Acesso em: 10. jan. 2008.

INCRA – Evolução da Estrutura Agrária do Brasil. **Relatório de Cadastro e Informática**. Brasília, 1987.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde. **Impacto dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: UNESP, 2004.

LIMA, Milciades Gadelha. et al. **Temperatura**: Estimativa do ar no Piauí. Teresina: UFPI, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 2, ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MDA/INCRA. **Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária**. Brasília – DF, 2001.

MDA/INCRA. Levantamento preliminar de dados e informações do imóvel Poço dos Negros. Teresina-PI 2004.

MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA/INCRA PA – POÇO DOS NEGROS. Projeto de Exploração Anual – PEA. Teresina-PI, 2006.

MIRAD/INCRA. **Evolução da Estrutura Agrária do Brasil**. Brasília, 1987.

MMA/PNUD. **Agenda 21 brasileira**: bases para discussão. Brasília-DF: MMA/PNUD, 2000.

MOLINA, Mônica Cartagna et al. **Introdução Crítica ao Direito Agrário**. São Paulo: UNB, 2002.

MPFAF/INCRA. **Balço da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar**. Brasília, 1999.

NOGUEIRA, Francisco Leonel Veloso. **Políticas Públicas e Reforma Agrária**. Teresina: EDUFPI, 2005.

PINTO, FERREIRA, Luís. **Curso de Direito Agrário**: de acordo com a lei nº 8.629/93. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento Humano e Condições de Vida**: indicadores brasileiros. Brasília: PNUD, IPEA, FJP e IBGE, 1998.

PNUD/INCRA. **Programa de Capacitação em Apoio à Reforma Agrária**. 2. ed. Brasília: editora, 1993.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF. Disponível em: <<http://www.ematerce.ce.gov.br/pronaf.htm>>. Acesso em: 04. fev. 2008.

REYDON, B; ESCOBAR, H.H; BERTO, J.L. Os assentamentos rurais e seu impacto nas economias locais: o caso do município de Abelardo Luís – Santa Catarina. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – XXIX. Brasília. ANAIS... Brasília: UNB, 2006.

SACHS, I. Entrevista Repórter ECO. Disponível em: <<http://www.tvcultura.com.br/reportereco/materia.asp?materiaid=516>>. Acesso em: 20 set. 2007.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: USP/MDA/FAO, 2003.

TERCEIRO NETO. Dorgival. **Noções preliminares de direito agrário**. 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária – UFPB, 1985.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AOS TÉCNICOS DO INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA - INCRA

ASSENTAMENTO POÇO DOS NEGROS

Nº Certificado _____

Nº Cadastro _____

Nº Registro _____

Nº Folha _____

Data _____

Local _____

Forma de Assentamento por desapropriação negociada?

Localização: _____ Km de Altos e _____ Km de Teresina

Área Total do assentamento:

Área Total de cada lote:

População média _____ por lote

Quantas famílias _____

Declarado interesse social em _____

Quais os Programas e Projetos em execução no Assentamento e valores

Quem é o Presidente do Sindicato e forma de contato

Quem é o Presidente da Associação dos Assentados e forma de contato

Fornecer processo de negociação e laudo de vistoria se possível

Quanto foi liberado de créditos

A edificação de casas é autorizada pelo IBAMA

Há alguma construtora contratada para a edificação das casas

Quantos assentados tinham domicílio dentro da área

Quantos assentados vieram de outras áreas

Condição do Solo:

Organização do Espaço:

Organização das atividades produtivas:

- Há área coletiva para as atividades produtivas de agricultura e de pecuária?
- Há área de reserva legal?

Condições de Infra-Estrutura

- Houve acesso às três modalidades de crédito (fomento, alimentação e habitação), equipamentos, máquinas, implemento para produção e insumos (sementes) para aumentar a capacidade produtiva dos assentados?
- Quando se deu a liberação de recursos?
- Há água, luz, telefone, esgoto, fossa e coleta de lixo?
- Estrada e transporte
- Educação
- Serviços de Saúde

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AOS ASSENTADOS DO POÇO DOS NEGROS

1. Quais os Programas e Projetos
2. Houve diagnóstico inicial da realidade da área
3. Houve participação das famílias dos assentados no Plano de Assentamento
4. Receberam crédito para implantação do Plano de Assentamento
5. Quais os produtos agrícolas produzidos pelas famílias
6. Quais os produtos comercializados e onde são comercializados
7. Existe alguma Organização Governamental ou da Sociedade Civil, religiosa envolvida com a execução do Plano de Assentamento. Quais
8. Há artesanato. Quais
9. No Plano de Assentamento tem área definida para plantio e moradia
10. Qual o tipo de estrada de acesso para assentamento
11. Qual a área média por família _____ ha.
12. Recursos por família _____ custo médio
13. Qual tipo de vegetação nativa
14. Há rio, lago, riacho
15. Há escola
 - Nome da Unidade Escolar
 - Diretora
 - Grau de Ensino
 - Faixa etária dos alunos
 - Turnos em funcionamento
 - Estado [] Município []
 - Quantidade de funcionários e funções
16. Famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família
 - Quantas
 - Quantos alunos são cadastrados por família
17. Posto de Saúde
 - Atendimento mês
 - Serviços de Saúde

Odontológico Médico Agente de Saúde Outros

Equipamentos utilizados nas atividades agrícolas

Há troca de produtos. Ex: Feijão por arroz

Recebem doações. De quem

18. Atividades Econômicas

- Agricultura

Tipo de plantio sistema: roça e vazante

Quanto é a produção por safra

Cultivo de roça de sequeiro

Quanto cada família desmata

Quais são os produtos cultivados

Créditos implantação recebidos primeiro

Quanto cada família recebeu

Créditos investimento para programas

Trator

Bombas

19. Programa Bolsa-Família

- Quantas famílias são beneficiadas

- Quantos alunos são cadastrados por família

22. Comercialização

Onde é comercializada a produção:

Assentamento Vizinhança Sede do município Outros

Onde é vendida a produção:

Mercado Atravessador Outros

Área plantada em (ha):

0 a 1 ha 2 a 4 ha acima de 5 ha

Terras cultiváveis disponíveis:

2 ha 5 ha 10 ha

Lavouras permanentes:

sim não

Lavouras temporárias em utilização:

sim não

23. Produção agrícola / produtividade (kg / ha):

Arroz _____

Milho _____

Feijão _____

Mandioca _____

Outros _____

24. Pecuária

Ovino

Bovino

Caprino

Suíno

25. Locomoção

Meios de locomoção:

Animal

Carroça

Bicicleta

Moto

Carro

OBS.: A Avaliação sobre a condição de vida agora em comparação com a vida antes do assentamento, nos aspectos: Poder de compra, moradia, condição de trabalho, alimentação, educação, saúde e lazer, na concepção do assentado.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO PIAUÍ - SR (24)
 Divisão de Suporte Operacional - SR (24)/O
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA
RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS - RB

Data: 22/11/2005

Projeto: P10370000 - PA POÇO DOS NEGROS

Município: PIRIPIRI

Data Homologação : 22/11/2005

Código	Nome do Beneficiário	Documento de Identificação		
		Tipo	Número	Orgão Emissor
P1037000000031	ANTONIO FELIX DA SILVA	Carteira de Identidade	375513	S.S.P
P1037000000027	ANTONIO JOAO DE SOUSA CHAVES	Carteira de Identidade	478887	SP
P1037000000022	ANTONIO LISBOA ARAUJO VIEIRA	Carteira de Identidade	2582071	SSP
P1037000000013	ANTONIO RAMOS DE ARAUJO VIEIRA	Carteira de Identidade	1773719	SSP
P1037000000014	CELSON ALVES DA SILVA	Carteira de Identidade	1304613	SSP
P1037000000009	CRISTINO MEDEIROS VIEIRA	Carteira de Identidade	532906	SSP
P1037000000016	DONATO GOMES DO NASCIMENTO	Carteira de Identidade	994818	SSPPI
P1037000000011	FRANCISCO ANTONIO PEREIRA DO NASCIMENTO	Carteira de Identidade	1377937	SSP
P1037000000023	FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS	Carteira de Identidade	315063	SSP
P1037000000020	FRANCISCO GOMES DA SILVA	Carteira de Identidade	1019010	SSP
P1037000000010	GENIVAL BENTO DE OLIVEIRA	Carteira de Identidade	2239782	SSP
P1037000000002	JOAQUIM BENTO DE OLIVEIRA	Carteira de Identidade	1775663	SSP
P1037000000004	JOSÉ CARDOSO DA SILVA	Carteira de Identidade	1011760	SSP
P1037000000007	JOSÉ JOAQUIM NETO	Carteira de Identidade	07810701	SSP
P1037000000003	JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS	Carteira de Identidade	396048	SSP
P1037000000008	JOSÉ RIBAMAR FERREIRA DA SILVA	Carteira de Identidade	626759	SSP
P1037000000024	LUIZ PEREIRA DOS SANTOS	Carteira de Identidade	860479	SSP
P1037000000029	LUIZA FERREIRA DE OLIVEIRA	Carteira de Identidade	2533686	SSP
P1037000000026	MANOEL RODRIGUES DA SILVA	Carteira de Identidade	2644312	SSP
P1037000000030	MARIA DA CONCEIÇÃO FELIPE DA SILVA	Carteira de Identidade	2359370	SSP
P1037000000005	MARIA DA CRUZ PENHA DA SILVA	Carteira de Identidade	856711	SSP
P1037000000017	MARIA DA CRUZ SANTIAGO	Carteira de Identidade	2147525	SSP
P1037000000006	MARIA DO REMÉDIO ALVES DA SILVA	Carteira de Identidade	2425929	SSP
P1037000000021	MARIA DOS REIS LIMA	Carteira de Identidade	1018904	SSP
P1037000000012	MARIA LEÃO TEIXEIRA OLIVEIRA	Carteira de Identidade	884509	SSP
P1037000000018	PAULO BENTO DE OLIVEIRA	Carteira de Identidade	2203444	SSP
P1037000000015	REGINO BENTO DE OLIVEIRA	Carteira de Identidade	2131509	SSP
P1037000000025	ROSA MARIA DE JESUS	Carteira de Identidade	1842690	SSP
P1037000000028	SANDRA TORRES CAMELO	Carteira de Identidade	2108283	SSP
P1037000000019	VALDIR PEREIRA DA SILVA	Carteira de Identidade	2108162	SSP
P1037000000001	ZEFERINA FRANCSICA DE SOUSA	Carteira de Identidade	888863	SSP-PI

Total de Beneficiários: 31

Página: 1 de 1

ANEXOS

ANEXO A

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
 SISTEMA DE SUPORTE OPERACIONAL
 SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA
 Superintendência Regional de Piauí (SR-24)

Roberto Sérgio Mendes Sousa
 Coordenador Geral
 OSMONOVANILSON DE SOUSA

Rommel Carvalho de Brito
 Diretor Sup. Operacional - INCRA/PI
 Portaria nº 44, de 02.05.2003.

Data: 22/11/2005 12:29:18PM
 Módulo Sinfra: Seleção
 Página: Page 1 of 2

RESULTADOS DA SELEÇÃO PARA LEGITIMAÇÃO

PROJETO : PI0370000 - PA POÇO DOS NEGROS

MUNICÍPIO = PIRIPIRI

Laísia Jôão da Silva
 Superintendente Regional do INCRA/PI
 Portaria nº 097, de 13.03.2003

Nota Máxima: 100,0

Nro Inscrição	NOME DO CANDIDATO	CRITÉRIOS DEFINITIVOS										Nota Geral	Classificação
		Critérios Básicos		Critérios Complementares			Critérios Suplementares						
		TF	FT	IC	TAA	RMF	MM	MI	TR	SO			
991675045	MARIA DA CRUZ SANTIAGO	48,0	4,2	5,4	4,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	1,0	74,6	1
991674928	DONATO GOMES DO NASCIMENTO	48,0	4,2	7,2	1,4	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	1,0	73,8	2
991675061	PAULO BENTO DE OLIVEIRA	48,0	5,6	3,6	4,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	0,0	73,2	3
991671384	JOSE PEREIRA DOS SANTOS	48,0	4,2	5,4	3,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	0,0	72,6	4
991675240	FRANCISCO GOMES DA SILVA	48,0	5,6	4,5	1,4	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	1,0	72,5	5
991674618	PANTA LEÃO TEIXEIRA OLIVEIRA	48,0	4,2	2,7	4,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	1,0	71,9	6
991674731	CELSON ALVES DA SILVA	48,0	2,8	2,7	4,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	1,0	70,5	7
991675185	VALDIR PEREIRA DA SILVA	48,0	2,8	2,7	4,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	1,0	70,5	8
991644751	ZEFERINA FRANCISCA DE SOUSA	48,0	2,8	3,6	3,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	1,0	70,4	9
993023339	ANTONIO LISBOA ARAUJO VIEIRA	48,0	4,2	5,4	0,4	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	0,0	70,0	10
991674863	REGINO BENTO DE OLIVEIRA	48,0	4,2	2,7	2,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	1,0	69,9	11
993025196	SANDRA TORRES CAMELO	48,0	4,2	2,7	2,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	1,0	69,9	12
991674332	JOSÉ RIBAMAR FERREIRA DA SILVA	48,0	4,2	3,6	1,4	4,0	4,5	3,0	0,0	0,0	1,0	69,7	13
991671333	JOAQUIM BENTO DE OLIVEIRA	48,0	2,8	2,7	4,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	0,0	69,5	14
991673980	JOSÉ CARDOSO DA SILVA	48,0	2,8	2,7	4,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	0,0	69,5	15
993023576	LUIZ PEREIRA DOS SANTOS	48,0	2,8	2,7	4,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	0,0	69,5	16
991674030	MARIA DA CRUZ PENHA DA SILVA	48,0	2,8	2,7	2,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	1,0	68,5	17
991674146	JOSÉ JOAQUIM NETO	48,0	2,8	2,7	3,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	0,0	68,5	18
991674383	GENIVAL BENTO DE OLIVEIRA	48,0	2,8	2,7	2,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	1,0	68,5	19
991674588	FRANCISCO ANTONIO PEREIRA DO NASCIMENTO	48,0	2,8	2,7	2,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	1,0	68,5	20

TF - Tamanho da Família
 TAA - Tempo de

IC - Idade do Candidato
 MI - Moradia no Imóvel

RMF - Renda Mensal da Família
 FT - Força de Trabalho

TR - Tempo de Residência no Imóvel
 MM - Moradia no Município

SO - Associativismo

ANEXO B

UNIDADE DE SUPORTE OPERACIONAL
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA
Superintendência Regional de Piauí (SR-24)

RESULTADOS DA SELEÇÃO PARA LEGITIMAÇÃO

Data: 22/11/2005 12:29:18PM
Módulo Sinfra: Seleção
Página : Page 2 of 2

PROJETO : PI0370000 - PA POÇO DOS NEGROS

MUNICÍPIO = PIRIPIRI

Nota Máxima: 100,0

Nro Inscrição	NOME DO CANDIDATO	CRITÉRIOS DEFINITIVOS										Nota Geral	Classificação		
		Critérios Básicos		Critérios Complementares				Critérios Suplementares							
		TF	FT	IC	TAA	RMF	MM	MI	TR	SO					
993023444	FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS	48,0	2,8	2,7	3,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	68,5	21
993024459	MANOEL RODRIGUES DA SILVA	48,0	2,8	2,7	2,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	68,5	22
993024289	ROSA MARIA DE JESUS	48,0	2,8	2,7	1,4	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	67,9	23
991675274	MARIA DOS REIS LIMA	48,0	2,8	0,9	3,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	67,7	24
991674359	CRISTINO MEDEIROS VIEIRA	48,0	4,2	0,9	1,4	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	67,5	25
991674677	ANTONIO RAMOS DE ARAÚJO VIEIRA	48,0	2,8	2,7	2,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	67,5	26
993024629	ANTONIO JOÃO DE SOUSA CHAVES	48,0	0,7	0,9	3,0	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	65,6	27
993025498	MARIA DA CONCEIÇÃO FELIPE DA SILVA	48,0	2,8	0,9	0,4	2,3	5,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	63,4	28
991674073	MARIA DO REMÉDIO ALVES DA SILVA	48,0	0,0	0,9	0,4	4,0	5,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	62,3	29
993025358	LUÍZA FERREIRA DE OLIVEIRA	48,0	0,7	0,9	0,4	2,3	5,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	60,3	30
RI421770899BR	ANTONIO FELIX DA SILVA	0,0	2,8	5,4	3,0	4,0	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	21,2	31

22-11-2005
Elizângela João da Silva
Superintendente Regional do INCRA/PI
Portaria nº 097, de 13.03.2003

[Assinatura]
Roberto Sérgio Trindade Silva
Gestor Sinfra
OSINCRAN nº 27 de 30/03/2005

[Assinatura]
Romanel Carvalho de Brito
Chefe Divisão Sup. Operacional - INCRA/PI
Portaria nº 141, de 02.05.2003

TF - Tamanho da Família
TAA - Tempo de

IC - Idade do Candidato
MI - Moradia no Imóvel

RMF - Renda Mensal da Família
FT - Força de Trabalho

TR - Tempo de Residência no Imóvel
MM - Moradia no Município

SO - Associativismo

ANEXO C